

RELATÓRIO DE GESTÃO

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO PARÁ

EDIÇÃO 2025



Expediente

Esta publicação foi produzida pela **Diretoria de Comunicação Social da Defensoria Pública do Estado do Pará.**

Endereço:

Prédio-sede, Rua Padre Prudêncio, nº 154, 7º andar- Bairro da Campina, CEP: 66019-080, Belém-PA.

Contatos:

E-mail: dicom@defensoria.pa.def.br

Instagram: @defensoriapublicapa

Diretoria de Comunicação Social

Supervisão

Carolina Lobo (Diretora de Comunicação Social)

Texto

Carolina Lobo (Diretora de Comunicação Social)

Juliana Maués (Jornalista)

Kamilla Murakami (Jornalista)

Thalya Andrade (Estagiária de jornalismo)

Edição

Carolina Lobo (Diretora de Comunicação Social)

Luana Cantanhede (Coordenadora de jornalismo e redes sociais)

Diagramação e design gráfico

Gabriel Oliveira (Coordenador de criação)

Erick Botelho (Designer assistente)

Apoio

Daniel Moreira (Assistente administrativo)

Todas as imagens utilizadas fazem parte do acervo desta Dicom.

Apresentação

2025 marcou a consolidação da gestão da Defensoria Pública do Pará sob a liderança da defensora pública-geral Mônica Belém, iniciada em junho de 2024. Foi um ano de grandes iniciativas, como a segunda edição da expedição “Marajó 360°”, que, por meio do programa “Balcão Direitos”, levou cidadania e acesso à Justiça a todos os municípios do arquipélago marajoara; e a participação da Defensoria paraense na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30), com apresentação de projetos institucionais, debate de alternativas para mitigar os efeitos da crise do clima, estabelecimento de diálogos com a população civil organizada e lançamento de publicações voltadas à reflexão sobre justiça climática, na intersecção entre Direito e meio ambiente na Amazônia.

Em 2025, a DPE-PA investiu em modernização e tecnologia, fortaleceu os atendimentos nos núcleos especializados e no interior do estado, reforçou iniciativas consolidadas no calendário institucional e intensificou a qualificação do corpo funcional. Tudo isso para oferecer à população em situação de vulnerabilidade um atendimento cada vez mais célere, eficiente e humanizado.

Como síntese deste trabalho, o presente relatório reflete o compromisso permanente da Defensoria Pública do Pará com a promoção da cidadania, a garantia de direitos e o acesso à Justiça. Mais do que números, estas páginas revelam histórias de atuação, desafios enfrentados e avanços conquistados.

Convidamos você a conhecer de perto esse trabalho e continuar acompanhando a atuação da DPE-PA na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Equipe Dicom



Mônica Palheta Furtado Belém

Defensora pública-geral do estado do Pará

Editorial

Há instituições cujo trabalho se mede por prazos, metas e indicadores. E há aquelas cujo impacto só pode ser compreendido pela soma dos gestos que mudam a vida de quem mais precisa. A Defensoria Pública do Estado do Pará ocupa esse lugar: é uma instituição que lida com direitos antes de lidar com números; com pessoas antes de lidar com processos.

Em 2025, essa vocação foi ainda mais evidente. Ao longo do ano, a Defensoria Paraense esteve presente em momentos decisivos para milhares de paraenses. No atendimento judicial e extrajudicial cotidiano, na orientação jurídica, na defesa de direitos fundamentais, na proteção de mulheres e crianças, na garantia de acesso a documentos básicos, na escuta de famílias e na mediação de conflitos.

O programa "Balcão de Direitos" alcançou um recorde histórico ao registrar mais de 470 mil atendimentos; um número que impressiona, mas que não conta sozinho a história. Em cada atendimento, há alguém que busca o que a Constituição assegura: reconhecimento, dignidade e possibilidades. É por isso que o acesso à justiça é tão central. Ele não se limita às salas de audiência ou às peças jurídicas; ele começa no diálogo, na humanização, no esclarecimento, na confiança.

A preparação para a COP 30 colocou a Amazônia no centro de debates internacionais e evidenciou o quanto a defesa do meio ambiente está ligada à defesa de direitos humanos. No Pará, o clima afeta a vida, logo, discutir sustentabilidade, aqui, é discutir sobrevivência. No estande da Defensoria do Brasil na Green Zone, Junto às Defensorias do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro, participamos desse debate levando em consideração a perspectiva de quem é atingido diretamente pelas mudanças climáticas.

Ao mesmo tempo, seguimos fortalecendo as bases da nossa instituição. Inauguramos novas sedes, aprimoramos os procedimentos, consolidamos equipes técnicas e investimos na qualificação de defensores e defensoras. Assim, fico feliz em dizer que a Defensoria Pública do Estado do Pará tem se mostrado cada vez mais preparada para enfrentar temas complexos, dialogar com diferentes poderes e atuar tanto na Região Metropolitana de Belém quanto nas regiões mais distantes do Estado. Sabemos que ainda há desafios a superar, sobretudo no interior, onde a presença institucional precisa ser ampliada de modo contínuo e responsável. No entanto, reconhecer essa necessidade não diminui a Defensoria; ao contrário, demonstra o compromisso

constante em lutar por mais valorização e um orçamento compatível às realidades da nossa instituição.

Este relatório reúne o percurso que traçamos em 2025. Ele apresenta o que foi feito, mas também sugere o que está por vir, afinal, políticas públicas bem estruturadas exigem coerência, continuidade e visão de futuro.

A vocês, leitoras e leitores, convidamos a percorrer estas páginas sabendo que cada dado, cada projeto e cada ação corresponde a vidas alcançadas. A Defensoria Pública existe para quem mais precisa e para que o direito não seja privilégio, mas instrumento de equidade. Em um território como o Pará, essa missão é grande. E por isso mesmo vale a pena.

Por fim, gostaria de fazer referência ao escritor brasileiro Mário Quintana, que disse: "Se as coisas são inatingíveis, ora! Não é motivo para não querê-las. Que tristes os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas".

Sigamos, então, com coragem, resiliência, determinação e compromisso na missão de promover o acesso à justiça integral e gratuito às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Corpo gestor da Defensoria Pública do Estado do Pará (2024–2027)



Defensora pública-geral do estado do Pará
Mônica Palheta Furtado Belém



Subdefensor público-geral de gestão do estado do Pará
João Paulo Carneiro Gonçalves Léo



Subdefensora pública-geral institucional do estado do Pará
Luciana Santos Filizzola Bringel



Chefe de gabinete
Wéllyda Carla Barcelos Dias



Corregedor-geral
Edgar Moreira Alamar



Diretora Metropolitana
Leiliana Santa Brígida Soares Lima



Diretor do Interior
David Oliveira Pereira da Silva



Diretor Administrativo e Financeiro
Daniel Augusto Lobo de Melo



Diretor da Escola Superior
José Adaumir Arruda da Silva



Diretor de Inovação e Transformação Tecnológica
Fábio Rangel Pereira de Souza



Diretora de Comunicação Social
Ana Carolina Lobo



Ouvidor-geral
Walcicley da Silva Alcântara



Assessor especial de Gabinete para assuntos administrativos e institucionais
Marcus Vinícius Franco



Assessor especial de Gabinete para assuntos jurídicos e normativos
Renan França Chermont Rodrigues

Conselho superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (2024–2027)



Defensora pública-geral do estado do Pará
Mônica Palheta Furtado Belém



Subdefensor público-geral de gestão do estado do Pará
João Paulo Carneiro Gonçalves Léo



Subdefensora pública-geral institucional do estado do Pará
Luciana Santos Filizzola Bringel



Corregedor-geral
Edgar Moreira Alamar



Ouvidor-geral
Walcicley da Silva Alcântara

Representantes da Classe Especial e Membras Titulares



Suzy Souza de Oliveira



Rossana Parente Souza

Representantes da Classe Final e Membros Titulares



Ursula Dini Mascarenhas



Arthur Correa da Silva Neto

Representantes da Classe Intermediária e Membros Titulares



Luis Marcelo Macedo de Souza



Ana Laura Macedo Sá

Representantes da Classe Inicial e Membros Titulares



Anderson Araújo de Medeiros



Fernando Savariz Ferrari

Representante da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Pará (ADPEP)



Bruno Braga Cavalcante

Coordenações de Políticas



**Coordenador da Central de Políticas e coordenador de
Políticas Cíveis Metropolitana**
Cássio Bitar Vasconcelos



Coordenadora de Políticas Criminais Metropolitana
Flávia Christina Maranhão Campos



**Coordenador de Políticas da Infância e Juventude
da Região Metropolitana**
Márcio Neiva Coelho



**Coordenadora de Políticas Cíveis e da Infância
e Juventude do Interior**
Ana Claudia da Silva Cabral



Coordenador de Políticas Criminais do Interior
Flávio César Cancela Ferreira

Coordenação do programa "Balcão de Direitos"



Coordenador do programa "Balcão de Direitos"
Marcus Vinícius Franco

Atividade de Representação em Brasília



Anelyse Santos de Freitas

Coordenações dos Núcleos da Região Metropolitana de Belém



**Coordenadora do Núcleo de Defesa dos
Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH)**
Julia Gracielle Rezende de Sousa



**Coordenadora do Núcleo de Prevenção e
Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen)**
Larissa Machado Silva Nogueira



Coordenadora do Núcleo de Defesa da Moradia
Luciana Albuquerque Lima



Coordenadora do Núcleo de Defesa Criminal (Nudecrim)
Danielle Santos Maués Carvalho



**Coordenador do Núcleo de
Defesa do Consumidor (Nudecon)**
Cássio Bitar Vasconcelos



**Coordenador do Núcleo de Apoio à Cobrança e
Execução de Verbas de Sucumbência (Nacevs)**
José Adaumir Arruda da Silva



**Coordenadora do Núcleo das Instituições
de Ensino Superior (Nies)**
Verena Maués Fidalgo Barros



**Coordenadora do Núcleo da
Fazenda Pública (Nfaz)**
Luciana Silva Rassy Palácios



**Coordenadora do Núcleo de Atendimento
Especializado à Família (Naefa)**
Jacqueline Bastos Loureiro



Coordenadora do Núcleo Cível
Ana Paula Pereira Marques Vieira



**Coordenador do Núcleo de Defesa
em Execução Penal (Nudep)**
Oduvaldo Sergio de Souza Seabra



**Coordenador do Núcleo de Atendimento
Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca)**
Márcio Neiva Coelho



Coordenador da Entrância Especial
Dyego Azevedo Maia



Coordenador do Núcleo Metropolitano de Icoaraci
Francisco José Pinho Vieira



Coordenadora do Núcleo Metropolitano de Ananindeua
Mayana Barros Jorge João



Coordenador dos Núcleos Metropolitanos de Marituba, Benevides, Mosqueiro e Santa Izabel do Pará
Ary Queiroz Júnior



Coordenadora do Núcleo das Defensorias Agroambientais
Andreia Macedo Barreto



Coordenador do Núcleo Regional do Tapajós
Rondinely Lourenço Santos



Coordenadora do Núcleo Regional de Parauapebas
Kelly Aparecida Soares



Coordenadora do Núcleo Regional do Tocantins
Mariana Balby Mendonça Santos



Coordenador do Núcleo Regional do Xingu
Victor Rafael Maltez de Lemos

Coordenadores dos Núcleos Regionais



Coordenador do Núcleo Regional do Araguaia
Rogério Felipe Zacharias



Coordenadora do Núcleo Regional do Baixo Amazonas
Jane Têlvia dos Santos Amorim



Coordenador do Núcleo Regional do Caeté
Guilherme Israel Koshi Silva



Coordenador do Núcleo Regional do Carajás
José Erickson Ferreira Rodrigues



Coordenadora do Núcleo Regional do Guamá
Alba Aline Mourão Gouvea



Coordenadora do Núcleo Regional do Lago Tucuruí
Marina Gomes Noronha Santos



Coordenadora do Núcleo Regional do Marajó
Ana Luíza Melo Leal



Coordenador do Núcleo Regional do Rio Capim
Rodrigo Souza da Silva

Coordenadores da atividade-meio



Gerente de Gestão de Pessoas
Mariana Sthel Francisqueto



Coordenadora de Licitações, Contratos e Convênios
Tássia de Fátima do Rego Pereir^a



Coordenadora de Operações e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
Natália Couto Dias da Silva



Coordenadora Administrativa
Érica Ribeiro de Souza



Coordenador Financeiro
João Paulo Costa dos Santos



Coordenadora do Núcleo de Controle Interno (NCI)
Ivana Crystina Matos do Nascimento



Coordenadora do Núcleo de Planejamento (Nuplan)
Norma Suely Valente Ribeiro

Sumário

GESTÃO	12
DEFENSORIA DO PARÁ É SELO DIAMANTE PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO	12
MAIS DE 2 MILHÕES E 450 MIL ATIVIDADES	14
REUNIÃO AMPLIADA DE GESTÃO	15
MAIO VERDE	16
CONDEGE EM BELÉM	24
PROJETOS E INICIATIVAS	25
Gabinete Itinerante	25
Defensoria Presente	26
Conexão Defensoria	27
ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA	28
CORREGEDORIA-GERAL	31
OUVIDORIA-GERAL	33
ATUAÇÃO JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES	34
MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA	36
RENOVAÇÃO DA FROTA INSTITUCIONAL	36
ENTREGA DE NOVOS EQUIPAMENTOS	37
PROJETO "LIVRE" É DESTAQUE NO EXPOJUD	38
EXPANSÃO E VALORIZAÇÃO FUNCIONAL	39
INAUGURAÇÃO DE NOVAS SEDES	39
REAJUSTE SALARIAL	42
CARREIRA DEFENSORIAL	43
SERVIDOR SANGUE VERDE	45
DEFENSORIA DO PARÁ NA COP 30	47
EVENTOS PREPARATÓRIOS	48
Comissão Especial e Comitê Institucional para a COP 30	48
Seminário Internacional	49
Plantio de mudas no Parque da Cidade	51
Semana do Meio Ambiente	52
Defensoria Sustentável: caminhada e ação em Mosqueiro	53
Lançamento da Revista Arandu	54
Revista Vozes da Escola – Edição Especial COP 30	56
ATUAÇÃO NA COP 30	57
Inauguração do Salão Verde	57

Defensoria do Pará na Green Zone	58
Estande institucional no “Pavilhão Pará–Municípios” fortalece diálogos dentro do estado	64
Grupo de Trabalho e Defensoria–COPMóvel reforçam o atendimento em áreas de mobilização social	65
Assinatura da Carta da Defensoria Pública por Justiça Socioambiental e Climática	66

PROGRAMA BALCÃO DE DIREITOS **67**

AÇÃO COMEMORATIVA DE 450 MIL ATENDIMENTOS	69
EXPEDIÇÃO TAPAJÓS	70
“MARAJÓ 360º” ATINGE RECORDE HISTÓRICO DE MAIS DE 103 MIL ATENDIMENTOS	71

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO **76**

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO (NUGEN)	76
ELAS POR TODAS ELAS	81

DIREITO DA FAMÍLIA **82**

CAMPANHA “MEU PAI TEM NOME”	82
ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À FAMÍLIA	84

DIREITO DO CONSUMIDOR **85**

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	87
ATUAÇÃO NO CASO DAS PLATAFORMAS DE HOSPEDAGEM	88
“CARAVANA DO CONSUMIDOR” REALIZA MUTIRÃO PARA SEGURADOS DO INSS	89

FAZENDA PÚBLICA **90**

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DA FAZENDA PÚBLICA	90
--	----

DIREITOS INFANTOJUVENIS **92**

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	92
PROJETOS	93

ÁREA PENAL **94**

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE DEFESA CRIMINAL	94
ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE DEFESA EM EXECUÇÃO PENAL	95
PROJETO “CIDADANIA NO CÁRCERE”	97
PROJETO “ALÉM DAS GRADES”	98

DIREITOS HUMANOS **99**

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS	99
POVOS ORIGINÁRIOS	100
POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	102
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	103

CONFLITOS FUNDIÁRIOS

104

NÚCLEO DE DEFESA DA MORADIA	105
Defesa das comunidades Warao	107
Câmara de Mediação de Conflitos	107
NÚCLEO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS AGROAMBIENTAIS	108
DEFENSORIA NOS BABAÇUAIS: ATUAÇÃO INTEGRADA LEVA ACESSO À JUSTIÇA E	109
CIDADANIA PARA MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO	

PREMIAÇÕES E HONRARIAS

111

DEFENSORIA DO PARÁ É A SEGUNDA DO PAÍS EM "ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO DIGITAL"	111
SELO ESPERANÇA GARCIA 2025	113
HONRARIAS	117
Medalha do Mérito "Francisco Caldeira Castelo Branco"	117
Medalha do Mérito "Desembargador Ermanno Domingues do Couto"	117
Medalha da Ordem do Mérito Policial Militar "Coronel Fontoura"	118
Medalha do Mérito Eleitoral do Pará	118
Medalha do Ministério Público do Pará	119
40 anos da Procuradoria-Geral do Estado	119

COMUNICAÇÃO

120

PARCERIAS E COLABORAÇÕES INSTITUCIONAIS

125

Gestão

Defensoria do
Pará é **selo
diamante pelo
segundo ano
consecutivo**



Índice de
100%
em transparência pública!



A Defensoria do Pará conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o selo "Diamante" no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP). O anúncio foi feito em dezembro, durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O selo "Diamante" representa o nível máximo da premiação e é conferido a órgãos que superam 95% dos mais de 130 critérios avaliados pela Atricon, que incluem transparência orçamentária, atualização de dados de

gestão e facilidade de acesso às informações institucionais. Neste ano, a Defensoria do Pará apresentou crescimento em relação ao número de 99,16% conquistado em 2024 e alcançou o índice de 100%.

O desempenho da DPE-PA é resultado do trabalho conjunto entre a Diretoria de Inovação e Transformação Tecnológica (Ditec) e o Núcleo de Controle Interno (NCI), além da atuação da Corregedoria-Geral e da Ouvidoria-Geral.





Após passar por modernização técnica e estrutural, o Portal da Transparência no site da instituição tem dados sobre despesas, contratos, licitações, remunerações e execução orçamentária, apresentados de forma clara e didática. A instituição também reformulou a interface do portal, implementou filtros em todas as telas, otimizou o acesso por dispositivos móveis, padronizou os elementos visuais para facilitar a navegação e reestruturou a base de dados para atender às diretrizes do PNTP 2025 e às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A manutenção do selo "Diamante" pelo segundo ano consecutivo e a conquista inédita do índice máximo consolidam a Defensoria Pública do Pará como uma das instituições públicas mais transparentes do país e evidenciam a transparência como uma política institucional permanente.

Mais de 2 milhões e 450 mil atividades

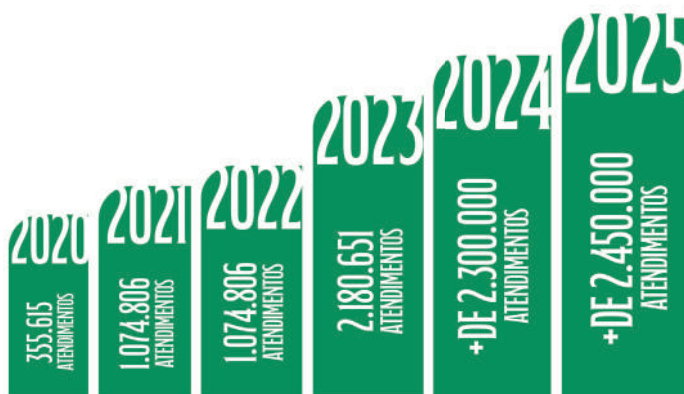


A DPE-PA também teve participação intensa na programação da 30ª Conferência das Nações Unidas (COP 30), realizada em Belém, com destaque às iniciativas da instituição para a garantia de justiça climática e em defesa de um meio ambiente equilibrado, onde todos possam viver com dignidade.

Com seriedade e compromisso, a Defensoria paraense reafirma o seu papel como instituição fundamental ao sistema de justiça e à garantia de direitos da população em situação de vulnerabilidade econômica, social e jurídica.

Em 2025, a Defensoria Pública do Pará manteve o ritmo de crescimento dos anos anteriores e alcançou a marca de 2 milhões e 451 mil atividades, um número ligeiramente maior que o de 2024, quando o total foi de 2 milhões e 327 mil.

Os números refletem uma atuação comprometida com a garantia de direitos e o acesso à Justiça para os paraenses e são resultado do trabalho articulado entre núcleos regionais e metropolitanos, além de iniciativas itinerantes, como a expedição "Marajó 360°+", que levou os atendimentos da Defensoria paraense a todos os municípios do arquipélago marajoara.



Reunião ampliada de gestão



Promovida em setembro, a Reunião Ampliada de Gestão 2025 reuniu diretores da gestão superior e coordenadores de núcleos da Região Metropolitana de Belém e das 12 regionais do interior do estado, em um momento de escuta, acolhimento, diálogo e planejamento coletivo.

O primeiro dia da programação foi marcado pela apresentação dos relatórios de atividades e planos de metas das diretorias, da Corregedoria-Geral e da Assessoria Especial de Gabinete.

No segundo e último dia, o foco foi dado às falas das coordenações dos núcleos regionais e metropolitanos, que compartilharam experiências, desafios e perspectivas para aprimorar o trabalho em cada localidade.

Ao final, a defensora pública-geral, Mônica Belém, reafirmou que cada passo dado pela gestão só existe devido à atuação coletiva e integrada de todos os setores, motivada sempre pela melhoria do serviço prestado à

população. “A Defensoria segue avançando, com conquistas que só são possíveis porque cada unidade faz sua parte, sempre com o olhar voltado a quem é a razão de existir da instituição: os nossos assistidos e assistidas”, concluiu.

Media training

A programação também incluiu o Treinamento de Comunicação (Media Training) conduzido pela jornalista Priscilla Castro, voltado ao fortalecimento da atuação das lideranças institucionais junto à imprensa.



Maio verde

No mês em que se comemoram o Dia Nacional da Defensoria Pública e o aniversário de fundação da Defensoria paraense, a DPE-PA realizou programação voltada à celebração da instituição que tem por missão constitucional garantir o acesso à Justiça para todos, especialmente os mais vulnerabilizados. O “Maio Verde” foi marcado por mutirão de atendimentos jurídicos em várias localidades paraenses, sessão especial na Assembleia Legislativa do Estado (Alepa) e mais uma edição do casamento comunitário da Defensoria Pública do Pará.



► Defensoria paraense na cor da esperança

Pela primeira vez, durante todo o mês de maio, o prédio-sede e as Centrais de Atendimento 1 e 2 da Defensoria Pública do Pará estiveram iluminados de verde, cor que simboliza a instituição e que remete à esperança.

O ato simbólico é um lembrete da presença e do comprometimento da Defensoria Pública com a missão constitucional de garantir acesso gratuito à Justiça e à cidadania para os mais vulnerabilizados do Pará.



► “Mais Acordos, Menos Processos”: ação leva justiça rápida e gratuita a mais de 4,5 mil paraenses

“Fiquei sabendo que seria tudo de graça nessa ação e consegui dar entrada no pedido de divórcio. Fui muito bem atendida, não tenho do que me queixar”. O relato da agricultora Maria Hilda Ferreira, da comunidade quilombola de Piratuba, em Abaetetuba, sintetiza o impacto do mutirão “Mais Acordos, Menos Processos: a força extrajudicial da Defensoria Pública”, promovido no dia 24 de maio pela Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA).

15 MUNICÍPIOS:

BELÉM BREVES TUCURUÍ TAILÂNDIA
PARAGOMINAS BRAGANÇA CAPANEMA
MARABÁ PARAUAPEBAS ALTAMIRA
ALTAMIRA ABAETETUBA CASTANHAL
SANTARÉM REDENÇÃO


Mais de
4,5 MIL
PESSOAS ATENDIDAS





O mutirão teve como propósito central aproximar a justiça da população vulnerabilizada, com soluções rápidas e acessíveis para demandas cotidianas. O foco foi estimular a resolução de conflitos por meio do diálogo e da mediação, e, assim, reduzir a judicialização e proporcionar mais celeridade, economia de recursos e pacificação social.

Em Belém, a ação foi realizada na Usina da Paz Jurunas/Condor e reuniu a Defensoria e parceiros como a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (Seac), a Secretaria de Estado de Saúde (Sespa), a Polícia Civil do Pará, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), a Equatorial Energia e instituições financeiras. Juntos, ofereceram serviços como emissão de RG, orientações em saúde, renegociação de dívidas e encaminhamentos sociais. Somente na capital, foram mais de mil atendimentos, incluindo 400 extrajudiciais e cerca de 300 identidades emitidas.

Nos municípios do interior, a ação concentrou-se no atendimento jurídico previamente agendado em demandas de família, como reconhecimento de paternidade, guarda, pensão alimentícia, divórcio e dissolução de união estável.

Em Belém, a aposentada Domingas Rocha, de 70 anos, buscou regularizar uma separação de quatro décadas, condição necessária para manter o Benefício de Prestação Continuada (BPC). "Se eu conseguir me divorciar, aí sim posso manter meu auxílio. Fui muito bem atendida desde o começo", relatou emocionada. Já em Ananindeua, a assistida Bárbara Ferreira saiu aliviada após assegurar a pensão das filhas: "O processo foi rápido, fui bem atendida e, graças a Deus, consegui o direito delas", disse aliviada.



Justiça resolutiva e próxima do cidadão

De acordo com o defensor público Daniel Lobo, coordenador da ação e à época coordenador da Central de Políticas, a força do mutirão está no incentivo ao diálogo e na pacificação social. "Acreditamos em uma justiça que começa pelo diálogo. O mutirão mostra que é possível resolver questões sérias e delicadas sem recorrer à judicialização, economizando tempo e recursos, além de garantir soluções mais humanas e ágeis", frisou.

A defensora pública-geral, Mônica Belém, destacou a relevância da ação no contexto do "Maio Verde", mês dedicado à valorização da Defensoria Pública e à celebração da fundação da instituição paraense. "O mutirão trouxe consigo uma das principais características da Defensoria Pública, que é ir aonde o povo está. Essa aproximação e capilaridade nos diferencia das demais instituições de justiça. A atuação extrajudicial é uma das formas mais eficazes e econômicas de garantir acesso rápido e descomplicado à justiça, especialmente para quem mais precisa", pontua.

► Sessão solene na Alepa marca a entrega do Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro



Também como parte da programação do Maio Verde 2025, a Defensoria do Pará realizou sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado (Alepa) em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública e ao aniversário da instituição.

A cerimônia foi um momento de reconhecimento da atuação da DPE-PA na promoção da cidadania e na garantia de direitos da

população em situação de vulnerabilidade social, econômica e jurídica, além de reforçar o diálogo e a articulação com os demais Poderes e instituições do Sistema de Justiça.

Durante a sessão, a Defensoria Pública do Pará realizou a entrega do 10º Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro, concedido nas categorias Peça Jurídica e Projeto Institucional, com

o objetivo de valorizar boas práticas, produções técnicas e iniciativas inovadoras desenvolvidas por defensoras e defensores públicos no exercício de suas atribuições. Instituído em homenagem ao jurista, escritor e defensor dos direitos humanos Benedicto Wilfredo Monteiro, o prêmio é uma das principais distinções da Defensoria paraense.

Na categoria "Peça Jurídica", o prêmio foi concedido ao defensor público João Rafael Rodrigues, por trabalho voltado à análise de atos infracionais cometidos em meio cibernético envolvendo adolescente indígena. Já na categoria "Projeto Institucional", o primeiro lugar foi conquistado pelo defensor André Pessoa Filho, com o projeto "A Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social da Comunidade Portelinha, em Portel", desenvolvido no arquipélago do Marajó.





► **7º Casamento Comunitário da Defensoria garante cidadania a 50 casais**



A 7ª edição do Casamento Comunitário da Defensoria Pública do Pará oficializou a união civil de 50 casais no município de Belém. A cerimônia ocorreu no dia 21 de maio, no Teatro Estação Gasômetro, e também integrou a programação do Maio Verde.

Promovida por meio da Diretoria Metropolitana, a iniciativa gratuita foi voltada a pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o propósito de garantir o acesso ao casamento civil como direito fundamental. Nesta edição, foram oficializadas 46 uniões heteroafetivas e 4 uniões homoafetivas, o que reforçou o compromisso institucional da DPE-PA com a inclusão, a diversidade e a igualdade de direitos.



Além do aspecto simbólico, o Casamento Comunitário assegurou aos casais segurança jurídica, com efeitos diretos em áreas como direitos sucessórios, partilha de bens, pensão, inclusão em planos de saúde e acesso a benefícios sociais. Com a realização desta edição, a Defensoria Pública do Pará alcançou a marca de 453 casais atendidos ao longo das sete edições do projeto.

A defensora pública-geral do Pará, Mônica Belém, participou da cerimônia e destacou o papel da instituição na efetivação de direitos e na redução das desigualdades sociais. Para a diretora Metropolitana, defensora pública Leiliana Santa Brígida, o Casamento Comunitário é um instrumento de inclusão social, especialmente para pessoas que enfrentam entraves econômicos e burocráticos para formalizar a união.

A ação foi realizada em parceria com o Cartório de Registro Civil Guedes de Oliveira e reafirmou o compromisso da Defensoria Pública do Estado do Pará com a promoção da dignidade humana, o fortalecimento dos vínculos familiares e a ampliação do acesso à Justiça.





Desfile Cívico Militar



Por mais um ano, a Defensoria Pública do Pará participou do tradicional "Desfile Cívico-Militar pelo Dia da Pátria", realizado em Belém. No palanque de autoridades, a instituição foi representada pela defensora pública-geral, Mônica Belém, ao lado do subdefensor público-geral de gestão, Marcus Vinícius Franco, e da chefe de gabinete, Wéllyda Dias.

A Defensoria paraense levou para a avenida os veículos institucionais, incluindo a "Carreta de Direitos", as "Vans de Direitos" e o "Ônibus de Direitos", unidades móveis que percorrem os 144 municípios do estado para levar cidadania, acesso à Justiça e serviços essenciais à população. Um dos destaques foi a apresentação do mais novo veículo do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen), que veio para reforçar o acolhimento e a assistência a mulheres em situação de violência.



A defensora pública-geral destacou a relevância da participação no desfile e reforçou o compromisso da Defensoria com a cidadania e a população paraense. "Participar do 7 de Setembro é, para nós, uma oportunidade de reafirmar o compromisso da Defensoria Pública do Pará com o Estado Democrático de Direito. Cada veículo representa o nosso esforço diário de estar presente em todas as regiões do Pará. Além disso, é um ato de respeito ao povo paraense, que deposita em nós a confiança de lutar contra as desigualdades e garantir direitos fundamentais", afirmou.



Condege em Belém

Em agosto, Belém sediou a 100ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). O encontro, realizado na Ilha do Combu, reuniu representantes de todas as Defensorias Públicas do país e foi marcado pelo fortalecimento da instituição em nível nacional. Na Ocasião, os defensores públicos-gerais de todo o país foram convidados a participar da COP 30, em Belém.

Durante a programação, foram assinados dois importantes instrumentos de cooperação. O primeiro foi o Termo de Fomento entre a DPE-PA e o Condege, que garante o repasse anual de recursos para a estruturação, manutenção e desenvolvimento do Conselho. Em seguida, foi celebrado o Protocolo de Intenções do projeto "Defensorias nos Babaçuais: Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos das Mulheres Quebradeiras de Coco", uma parceria entre as Defensorias do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí, em colaboração com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).



Além da solenidade de assinatura dos termos, a pauta da reunião incluiu debates sobre o uso de inteligência artificial na atuação das Defensorias, a criação de comissão especializada em audiências de custódia, a proteção a beneficiários do INSS, pautas legislativas, prestação de contas e a revisão do Estatuto do Condege.



Projetos e iniciativas

► Gabinete Itinerante

Em 2025, a Defensoria paraense realizou 3 edições do projeto "Gabinete Itinerante". Uma iniciativa da atual gestão, o projeto teve início em 2024 e busca fortalecer a conexão entre a administração superior e o corpo funcional da instituição, por meio de visitas periódicas do corpo gestor às unidades

da Defensoria paraense na Região Metropolitana de Belém e no interior do Pará.

O "Gabinete Itinerante" deixa a gestão mais acessível às demandas das sedes da DPE-PA por todo o estado. Com escuta ativa, humanizada e atenta às especificidades locais, ele

promove o aprimoramento da estrutura organizacional, o que se reflete em uma prestação de serviços cada vez mais qualificada aos vulnerabilizados do Pará.

11/04/2025:

Núcleo Metropolitano de Santa Izabel



23/05/2025:

Núcleo Metropolitano de Ananindeua



09/06/2025:

Núcleo da Fazenda Pública



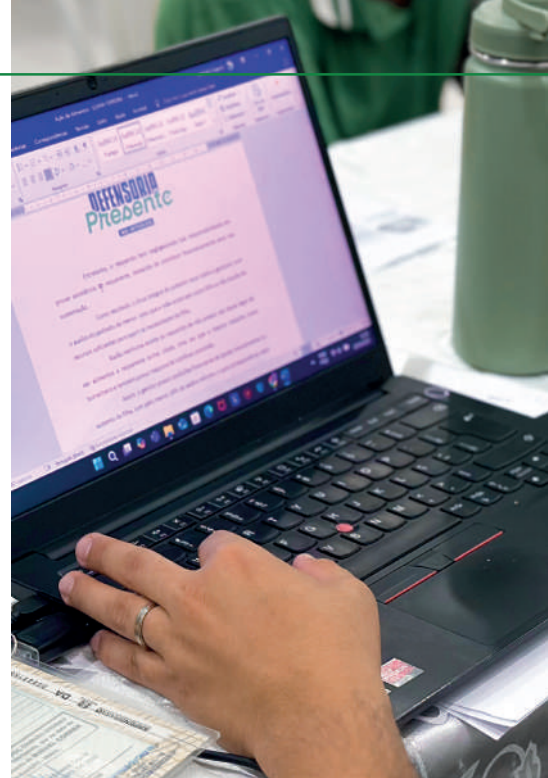
► Defensoria Presente

Em 2025, a Defensoria do Pará realizou 254 atendimentos no âmbito do projeto “Defensoria Presente”.

A iniciativa, idealizada pela Diretoria Metropolitana, realiza mutirões de atendimento jurídico na Região Metropolitana de Belém, com o objetivo de dar vazão à demanda reprimida, com maior celeridade aos

atendimentos e consequente redução do tempo de espera para assistência jurídica. Desse modo, ela se consolida como uma importante ferramenta de acesso à Justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em 2025, o projeto contemplou áreas do Direito da Família e emissão de documentos em Ananindeua, Icoaraci e Belém.



O projeto “Defensoria Presente no Interior” reproduz, nas sedes do interior do estado, a iniciativa de sucesso na Região Metropolitana.

Conduzido pela Diretoria do Interior e pela Coordenação de Políticas Cíveis e da Infância e Juventude do Interior, o projeto garante atendimento jurídico gratuito e orientação em direitos para comunidades que enfrentam maiores obstáculos no acesso aos serviços públicos devido às grandes distâncias e dificuldades de locomoção.

Somente em 2025, foram 1329 atendimentos, em quatro edições do projeto, nos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Soure e Salvaterra, o que demonstra a relevância da iniciativa para a interiorização das ações da DPE-PA e para o fortalecimento da cidadania no Pará.



► Conexão Defensoria

Em 2025, a ferramenta de atendimento ao público “Conexão Defensoria” realizou o total de 134.198 atividades. Desenvolvida pela Defensoria Pública do Estado do Pará, ela é um canal virtual criado em 2020, durante a pandemia de Covid-19, para que assistidos da Região Metropolitana de Belém realizassem agendamentos para atendimento defensorial. Hoje, o “Conexão Defensoria” atua por meio do telefone 129 e em postos físicos localizados nas Estações Cidadania dos shoppings Metrópole e Bosque Grão-Pará.

No último ano, a iniciativa passou por atualizações, que conferiram maior celeridade e eficiência ao serviço prestado. Em abril, ela recebeu o reforço de uma empresa especializada em serviços de Call Center. A iniciativa representou um investimento de R\$ 2.078.601,74 entre abril e dezembro de 2025, uma média de 250 mil reais a cada mês. O número de teleatendentes saiu de 15 para 33. Além disso, a equipe conta com dois supervisores e uma coordenação, totalizando 36 colaboradores. As ligações também passaram a ser gravadas e os atendimentos registrados em sistema CRM (Customer Relationship Management). A partir de setembro de 2025, o Call Center passou a realizar, em 1º nível, os agendamentos referentes aos quatro Núcleos de Prática Jurídica (NPJ).

Todas essas inovações asseguram maior precisão, rastreabilidade e padronização dos dados, para prestação de um serviço de qualidade, com transparência e confiabilidade.



134.198 MIL
atividades
desenvolvidas



Escola Superior da Defensoria Pública



88
ações



483
horas de atividades



2.421
certificados



Em 2025, a Escola Superior da Defensoria Pública (ESDP) superou em mais de 500% a projeção estabelecida para o número de participantes em ações formativas promovidas ao longo do ano. A meta era alcançar um total de 2.861 participantes, mas os números contabilizados entre janeiro e dezembro de 2025 revelaram um total de 14.711. Destes, 5.499 acompanharam as ações de forma síncrona (presencialmente no auditório ou ao vivo pelo Google Meet) e 9.212 de modo assíncrono, ou seja, posteriormente ao evento, pela plataforma EAD ou pelo canal da Defensoria no YouTube.

Os resultados demonstram o compromisso institucional da Escola Superior com a missão de promover o aperfeiçoamento profissional, intelectual e cultural do corpo funcional da Defensoria Pública. Evidenciam também o esforço contínuo para elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados e para ampliar a difusão do conhecimento no âmbito da instituição.

Ao longo do ano, a ESDPA realizou 88 ações, entre capacitações, eventos e iniciativas de educação em direitos, com um total de 483 horas de atividades, e emissão de 2.421 certificados. Além disso, ela conduziu 12 processos seletivos de estágio, tanto na capital quanto no interior do estado.



► Curso de Preparação à Carreira de Defensor/a Público/a

Dentre as iniciativas desenvolvidas pela ESDPA ao longo do ano, merece destaque o Curso de Preparação à Carreira de Defensor/a Público/a, uma etapa fundamental para o fortalecimento da atuação institucional, alinhada às diretrizes pedagógicas e aos valores da Defensoria Pública. O curso oferece

treinamento específico para o exercício das funções técnico-jurídicas, articulando conteúdos essenciais de diversas áreas, para proporcionar uma formação completa e eficaz aos novos defensores públicos. Em 2025, foram 27 participantes, reunindo membros de duas turmas.

► Plataforma de Ensino à Distância

Em fevereiro de 2025, foi lançada a Plataforma de Ensino à Distância da ESDPA, um ambiente virtual de aprendizagem concebido para ampliar o acesso à formação e ao conhecimento para membros, servidores e estagiários da instituição, com possibilidade de acesso também pelo público externo. Atualmente, a plataforma reúne 599 usuários cadastrados e disponibiliza 50 cursos distribuídos em diversas áreas de interesse.



► Núcleos de Práticas Jurídicas

Por meio do Núcleo das Instituições de Ensino Superior (Nies), a ESDPA atua em cooperação com os Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJs) de universidades parceiras. Com prática jurídica real, a iniciativa contribui para o fortalecimento da Defensoria Pública e para a formação prática dos acadêmicos. De janeiro a dezembro de 2025, foram registrados 18.473 atos e ações entre as áreas do Direito Cível e da Família, no âmbito de 8 instituições de ensino superior parceiras, localizadas nos bairros de Batista Campos, Coqueiro, Guamá, Nazaré, Parque Verde, Reduto e Umarizal, em Belém.



► Processo seletivo em novo formato

Em 2025, a Defensoria Pública do Pará, por meio da Escola Superior, realizou, pela primeira vez, prova em formato presencial no âmbito do Processo Seletivo de Estágio de Pós-Graduação em Direito da instituição. O exame, feito nos mesmos moldes de concurso público, ocorreu no Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) e contemplou as vagas destinadas à Região Metropolitana de Belém.

Mais de 400 candidatos fizeram a prova, composta por 60 questões objetivas, relacionadas a 15 áreas do Direito. Para a aplicação do exame, a Defensoria do Pará disponibilizou recursos de acessibilidade, entre eles a aplicação do teste com fonte ampliada para candidatos que solicitaram essa adaptação e apresentaram laudo que comprova a necessidade do recurso, além de leitor e transcritor aos candidatos que assim solicitaram. O formato diferenciado da prova visa garantir maior inclusão e equidade no certame.

O processo seletivo contou com a participação de candidatos de 30 instituições de ensino superior conveniadas.

Corregedoria-geral



Em 2025, a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará exerceu um papel fundamental no fortalecimento da instituição, com atuação pautada no acompanhamento próximo das unidades, no diálogo institucional e na prevenção de irregularidades. O trabalho envolveu o Gabinete do Corregedor-Geral, as secretarias Administrativa e Processual e o setor de Peticionamento Integrado, para garantir suporte contínuo às atividades defensoriais em todo o estado.

Ao longo do ano, foram realizadas 47 correições ordinárias em unidades do interior do Pará, abrangendo todas as doze regionais, além de quatro inspeções voltadas à verificação de situações específicas. Esse acompanhamento permitiu identificar necessidades, alinhar rotinas e orientar equipes, o que resultou na expedição de cinco recomendações e três orientações com foco no aprimoramento das práticas institucionais.

A atuação da Corregedoria-Geral também se destacou

pela articulação com a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). O diálogo interinstitucional contribuiu para avanços importantes, como a vedação de cobranças indevidas em registros civis, a garantia do cumprimento do prazo legal para emissão de certidões e a melhoria na organização das audiências judiciais, a fim de assegurar maior previsibilidade e respeito às prerrogativas da Defensoria Pública.

No apoio administrativo e processual, os números refletem a regularidade e o bom funcionamento dos fluxos internos. A Secretaria Administrativa emitiu 48 certidões, expediu 126 ofícios e realizou mais de 1.600 despachos administrativos e de gabinete. Já a Secretaria Processual acompanhou pedidos de explicações, denúncias e manifestações técnicas, com prioridade para realizar análise criteriosa e promover a solução adequada das demandas.



O setor de Peticionamento Integrado manteve atuação contínua ao longo de 2025, com o registro de 3.891 atividades, com o objetivo de fortalecer a comunicação institucional e promover o intercâmbio com Defensorias de outras unidades da federação, no âmbito do Termo de Cooperação Técnica do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege).



Os resultados alcançados ao longo do ano evidenciam uma atuação orientada pela prevenção, pelo diálogo e pela melhoria contínua. A Corregedoria-Geral reafirmou, em 2025, seu compromisso com o fortalecimento das práticas institucionais e com a qualificação permanente dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Pará.



Ouvidoria-geral

Em 2025, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Pará consolidou mais um ano de trabalho em prol da transparência, escuta qualificada e aprimoramento contínuo dos serviços públicos, ao realizar a interlocução constante entre a instituição e a sociedade.



Crescimento de
+ de 100%
em relação a 2024

Ao longo do ano, o setor registrou 1.280 atendimentos, que compreendem informações e orientações jurídicas, elogios, encaminhamentos internos, reclamações e consultas processuais, dentre outros, tanto na Região Metropolitana de Belém quanto no interior do estado.

Além disso, a Ouvidoria alcançou um público de 3.500 pessoas em atividades junto às comunidades, eventos e iniciativas de aproximação com a população, o que representa um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior.

A pesquisa da satisfação da Ouvidoria demonstrou que 83% dos entrevistados consideraram o atendimento do setor bom. **Já o percentual de pessoas que se sentiram tratadas com respeito e atenção pela equipe da DPE-PA foi de 80%.**

Os números evidenciam a confiança dos usuários nos canais da Ouvidoria e o papel ativo do setor na aproximação institucional e na promoção do acesso à informação.



Atuação junto aos tribunais superiores



O Escritório de Representação da Defensoria Pública do Estado do Pará em Brasília consolidou, em 2025, um ano de crescimento expressivo e fortalecimento da atuação estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). A unidade registrou 3.145 intimações, o maior volume desde a sua criação, o que representa um aumento de 44,33% em relação a 2024, em uma ampliação contínua da demanda e do protagonismo institucional da Defensoria Pública do Pará no âmbito do STJ e do STF.

Sob a coordenação da defensora pública Anelyse Santos de Freitas, o escritório intensificou sua atuação como elo entre as demandas regionais do Pará e as instâncias superiores do Judiciário, priorizando casos paradigmáticos e de impacto coletivo, especialmente aqueles voltados à proteção de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade.

No âmbito do Recurso Especial, observou-se avanço expressivo na qualidade da atuação, com aumento das decisões favoráveis e redução substancial das decisões negativas. Já o Agravo em Recurso Especial apresentou o maior crescimento percentual do ano, com aumento superior a 100% no número de demandas, refletindo a ampliação da atuação recursal da REP DPE-PA e o fortalecimento da presença institucional da Defensoria Pública do Pará nos Tribunais Superiores.



Outro destaque de 2025 foi a intensificação da utilização da Reclamação Constitucional, especialmente em casos relacionados a reintegrações de posse, descumprimento da ADPF 828 e da Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de demandas no âmbito penal, como a garantia da realização de audiência de custódia. A consolidação desse instrumento reforçou a atuação da DPE-PA na tutela coletiva e na defesa das garantias constitucionais, com a ampliação da efetividade da proteção jurídica oferecida aos assistidos.

Além da atuação processual, o escritório manteve participação ativa em espaços institucionais estratégicos, com destaque para o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas nos Tribunais Superiores (Gaets) e para a criação, em 2025, do Comitê Técnico de Precedentes Qualificados (CTPQ)

no âmbito do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). A presença da DPE-PA nesses fóruns nacionais contribuiu diretamente para a uniformização de teses jurídicas, o fortalecimento da atuação coletiva das Defensorias e a ampliação da influência institucional em julgamentos de repercussão nacional.

O trabalho desenvolvido ao longo do ano evidencia o amadurecimento da atuação da DPE-PA nos Tribunais Superiores, com o fortalecimento da presença institucional para além das fronteiras do Estado e o acesso à Justiça para a população paraense.



Modernização e tecnologia

Renovação da frota institucional

Garantir a presença da Defensoria Pública por todo o Pará é um dos compromissos da atual gestão. Para que essa meta seja efetivada com responsabilidade e humanização, é essencial o fortalecimento da frota institucional da DPE-PA. Nesse sentido, em 2025, foram realizadas duas entregas de veículos, em maio e junho, para reforçar a atuação no interior do estado.



Os veículos foram destinados para os municípios de Altamira, Castanhal, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém, Tucuruí, Parauapebas, Bragança, Capanema, Barcarena, Breves e Abaetetuba.



O investimento garante mais segurança para membros e servidores que precisam se deslocar e enfrentar grandes distâncias para levar os serviços da DPE-PA às localidades de difícil acesso. Com isso, a instituição reforça o compromisso de levar justiça, cidadania, dignidade e direitos a quem mais precisa.



Entrega de novos equipamentos

Em 2025, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) reforçou sua estrutura tecnológica, com a aquisição de 100 novos celulares corporativos, destinados aos Núcleos Metropolitanos e Regionais. A iniciativa integrou o plano de modernização institucional e reafirmou o compromisso da Defensoria com a celeridade, a eficiência e o cuidado no atendimento à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Ainda em 2025, a Defensoria Pública do Pará contabilizou a entrega de 70 novos computadores, sete notebooks, 55 scanners e 35 impressoras ao corpo funcional da instituição. Os novos equipamentos fortaleceram a infraestrutura tecnológica, o que ampliou a capacidade de resposta da Defensoria e garantiu condições mais adequadas de trabalho a membras/os e servidoras/es em todo o estado.

A substituição e distribuição dos equipamentos ocorreu de forma gradual, conforme as necessidades de cada unidade, para assegurar maior eficiência na comunicação interna e externa, bem como maior suporte às atividades desempenhadas por defensoras, defensores, servidoras e servidores. Com essas ações, a DPE-PA segue investindo em tecnologia como instrumento essencial para o fortalecimento do acesso à Justiça e para a ampliação da presença institucional em todas as regiões do Pará.



Projeto “Livre” é destaque no ExpoJud

Com estande próprio pelo segundo ano consecutivo, a Defensoria do Pará participou da 9ª edição do ExpoJud, o maior evento de tecnologia, inovação e Direito voltado ao sistema de Justiça brasileiro. Realizado em Brasília (DF), o congresso reuniu cerca de 130 estandes institucionais e mais de 200 palestrantes nacionais e internacionais.



Na ocasião, a Defensoria do Pará apresentou o Projeto “Livre”, desenvolvido pela Diretoria de Inovação e Transformação Tecnológica (Ditec) como parte da estratégia de modernização e integração tecnológica da Defensoria.

A iniciativa une inovação digital e inclusão social, com foco em garantir acesso à Justiça, promover a reinserção social de pessoas privadas de liberdade e aprimorar o fluxo de informações entre o sistema prisional e a Defensoria Pública. O projeto busca criar soluções tecnológicas que tornem o acompanhamento de casos mais ágil, transparente e humanizado, a fim de fortalecer a atuação defensorial na área criminal e de execução penal.

Expansão e valorização funcional

Inauguração de novas sedes

Em acordo ao plano estratégico para ampliar o alcance dos serviços da Defensoria Pública por todo o território paraense, a instituição inaugurou quatro novas sedes em 2025.

No interior, foram entregues os novos prédios de Rondon do Pará e Vigia. Já na Grande Belém, o Núcleo Metropolitano de Icoaraci e o Núcleo Metropolitano de Benevides receberam novas instalações.

As novas estruturas garantem melhores condições de trabalho para o corpo funcional e maior humanização nos atendimentos aos assistidos da instituição, para assegurar que cada vez mais paraenses tenham acesso à Justiça e à promoção de direitos, com dianidade e cidadania.



► Rondon do Pará

Núcleo Regional do Carajás

Inaugurado em maio, o novo prédio conta com recursos de acessibilidade, ambiente amplo e acolhedor, salas para atendimentos individuais e brinquedoteca, além de seguir os princípios de sustentabilidade da instituição, com eletrodomésticos de "linha branca", que consomem menos energia.



► Vigia

Núcleo Regional do Guamá

O espaço foi entregue em junho, em cerimônia com a presença de defensores/as públicos/as, autoridades políticas e representantes da sociedade civil. A data também foi marcada por ação de cidadania, com serviços de emissão de documentos, atendimentos jurídicos e educação em direitos no Espaço Cultural de Vigia, com mais de 2 mil atendimentos à população.





► Núcleo Metropolitano de Icoaraci

Com a presença do governador do estado do Pará, Helder Zehluth Barbalho, e do prefeito de Belém, Igor Normando, além de demais autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a nova sede foi entregue em outubro, no dia do aniversário de 156 anos do distrito. Com uma área total de 1685 m² e 628 m² construídos, o novo prédio dispõe de entrada acessível com rampa e piso tátil, recepção/triagem com capacidade para 50 pessoas, salas de atendimento individual, banheiros adaptados, duas brinquedotecas, fraldário, auditório e salas individualizadas para atendimento especializado a mulheres, crianças e adolescentes, em um ambiente confortável e climatizado.

► Núcleo Metropolitano de Benevides

Inaugurado em outubro, o novo prédio conta com recursos de acessibilidade, estrutura moderna, sala de espera, quatro salas para atendimento, além de sala multidisciplinar.



Reajuste salarial

Em julho, membros/as e servidores/as da Defensoria Pública do Pará notaram uma novidade na folha de pagamento. Pelos efeitos financeiros da Lei nº 11.055/2025, foi concedido reajuste salarial de 5,8% na remuneração de defensores e servidores, número superior à inflação apurada no período de maio de 2024 a abril de 2025. Os efeitos da Lei são válidos a partir de maio de 2025 e o corpo funcional recebeu pagamento retroativo.

Além disso, após diligências técnicas conduzidas pelo Gabinete-Geral e pela Assessoria Jurídica Especial junto ao Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igepps), foi garantida a atualização dos benefícios de aposentados/as e pensionistas que possuem paridade e integralidade. O reajuste e os valores retroativos da categoria também foram incluídos na folha de pagamento de julho.

Os avanços são fruto de estudo técnico detalhado, conduzido de forma permanente, que tem como foco a valorização do corpo funcional e representa o compromisso com as pessoas que constroem diariamente a Defensoria Pública do Pará.



Carreira defensorial



► Posse de nova defensora pública reforça o quadro de atuação da DPE-PA

A Defensoria Pública do Pará realizou, em janeiro de 2025, a Sessão Solene de Posse da nova defensora pública Carina Amaral da Luz. A cerimônia ocorreu durante a 129ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior da DPE-PA, no auditório do prédio-sede da instituição, em Belém.

A nova defensora foi a última nomeada dentre os aprovados no V Concurso para Defensor Público do Estado do Pará, concluindo a chamada dos candidatos aprovados no certame. Com a nomeação, a instituição passa a contar com 282 defensores e defensoras públicas em exercício, reforçando o compromisso institucional com a ampliação do acesso à Justiça e o fortalecimento da presença da Defensoria em todo o território paraense.

► Confirmação na carreira de 24 defensoras e defensores públicos

Em setembro, foi realizada a confirmação na carreira de 24 defensoras e defensores públicos da instituição. A solenidade ocorreu durante a 300ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública.

A turma confirmada ingressou na instituição em 2022, por meio do V Concurso para Defensor(a) Público(a) do Estado do Pará, e, desde então, tem atuado em diversas regiões do estado, para o fortalecimento da presença institucional da Defensoria em municípios do interior e na Região Metropolitana de Belém.

A confirmação acontece após a aprovação no estágio probatório, a etapa inicial da carreira como defensor público, que tem duração de três anos. Durante esse período, as defensoras e defensores passam por avaliação contínua de desempenho, capacidade técnica e comprometimento com as atribuições do cargo. O estágio inclui a participação em cursos de formação, acompanhamento institucional, desenvolvimento de projetos voltados à melhoria do atendimento e atuação em diferentes áreas da Defensoria.

A ampliação do quadro de defensores e defensoras é um passo fundamental para o avanço da política de interiorização e fortalecimento da DPE-PA.



► Concurso de Titularização

Em maio de 2025, durante a 132ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior da DPE-PA, foi homologado o resultado do 1º Concurso de Titularização de membros e membras na Classe Inicial da DPE-PA.

Com a titularização, defensoras e defensores públicos conquistam a inamovibilidade e fortalecem seu vínculo com os territórios onde atuam, com segurança jurídica, autonomia e independência funcional, além do aprofundamento de vínculos com a população local – pilares fundamentais para uma Defensoria Pública cada vez mais acessível, transformadora e humanizada.

A medida representa mais do que uma progressão funcional: é o reconhecimento do compromisso, da qualificação e da entrega diária de colegas à missão de garantir direitos para a população que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



Servidor Sangue Verde

A programação especial realizada pela Defensoria Pública do Pará em alusão ao "Dia do Servidor Público", comemorado em outubro, foi marcada pelas premiações dos concursos "Servidor

Sangue Verde" e "Ver-a-Defensoria", além da realização da Feira do/a Servidor/a Empreendedor/a. As atividades ocorreram na Central de Atendimento da Rua Manoel Barata e no

auditório do prédio-sede da instituição, em Belém, e reuniram defensores e servidores em um momento de integração e reconhecimento.



► Concurso "Ver-a-Defensoria"

Organizado pela Gerência de Gestão de Pessoas (GGP), o concurso cultural "Ver-a-Defensoria" incentiva a produção artística de servidores e membros da instituição, para valorizar o olhar sensível sobre o trabalho defensorial e o cotidiano amazônico por meio da fotografia. Nesta 3ª edição, o concurso apresentou dois eixos temáticos: "Sangue Verde" e "Defensoria pelo Pará".



Vencedores do concurso:

Categoria: Defensoria pelo Pará

1º Lugar: Mário de Aragão Andrade Júnior
2º Lugar: Vinícius Farias Custódio
3º Lugar: Marcelo Furtado Pantoja

Categoria: Sangue Verde

1º Lugar: João Gabriel Dias de Oliveira
2º Lugar: Luana Cantanhede
3º Lugar: Laura Eloízy Oliveira Moreira



Vencedores do concurso:

► Prêmio "Servidor Sangue Verde"

O Prêmio "Servidor Sangue Verde" é uma iniciativa da Escola Superior da Defensoria Pública (ESDPA) e tem como objetivo reconhecer as melhores práticas de trabalho no serviço público da Defensoria paraense. Em sua 4ª edição, o tema central foi "Defensoria Pública Inclusiva", com destaque para iniciativas que promovem a acessibilidade, o acolhimento e a diversidade no atendimento defensorial.

Categoria: Apoio Administrativo à Atividade Finalística

- 1º Lugar:** Célio Júnior da Silva Guimarães
- 2º Lugar:** Marilda Tavares de Paula Oliveira
- 3º Lugar:** Felipe Kauê Noronha Marques

Categoria: Atuação de Apoio Administrativo

- 1º Lugar:** Ivana Crystina Matos do Nascimento, Almerinda Villarindo de Sousa, Rômulo Santos de Moura, Cláudia Vanessa Gomes Santiago e Rosilene Teixeira Alves.
- 2º Lugar:** Lilia Sybelle Cardoso Teixeira Braz.
- 3º Lugar:** Érica Ribeiro de Souza e Jéssica Lobato Maués.

Categoria: Atuação de Apoio Técnico à Atividade Finalística da Defensoria Pública

- 1º Lugar:** Ana Clara de Azevedo Fonseca Macedo
- 2º Lugar:** Ana Cristina Moreno Furtado e Carla Lakiss Ignácio Reis
- 3º Lugar:** Eva Cândida Souza Reis

Defensoria do Pará na COP 30



DEFENSORIA PÚBLICA NA
COP 30:
JUSTIÇA CLIMÁTICA E SOCIAL EM DEFESA
DOS DIREITOS DOS VULNERABILIZADOS



Em 2025, Belém foi sede da 30ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), o que colocou a Amazônia no centro das discussões globais sobre clima, justiça socioambiental e desenvolvimento sustentável.

Foi um momento histórico para a DPE-PA, que participou ativamente e se destacou como a única Defensoria Pública do país a integrar a programação oficial do Pavilhão Brasil, do Governo Federal, durante a COP 30. Além disso, a instituição apresentou projetos institucionais no estande da Defensoria do Brasil, na Green Zone, idealizado em parceria com as Defensorias do Maranhão, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro. E, na segunda semana da conferência, a Defensoria paraense inaugurou mais um espaço, desta vez no "Pavilhão Pará – Municípios", instalado no Centro de Convenções "Centenário".



Eventos preparatórios



► Comissão Especial e Comitê Institucional para a COP 30

Em janeiro, a Portaria nº 02/2025 instalou, na Defensoria Pública do Pará, um Comitê Institucional e uma Comissão Especial para fortalecer a participação da instituição na COP 30. As iniciativas têm como missão principal a promoção da educação em direitos, com foco na conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas no modo de vida das populações vulneráveis, povos originários e comunidades tradicionais.

Comitê Institucional: Teve como foco a realização de atos preparatórios e diálogos com instituições em nível internacional, nacional e estadual para a COP 30, além de acompanhar os trabalhos da Comissão Especial.

Membros: Mônica Belém, defensora pública-geral e presidente do Comitê; Luciana Filizzola, subdefensora pública-geral institucional; Marcus Vinicius Franco, à época subdefensor público-geral de gestão; e Rodrigo Ayan, à época diretor da Escola Superior da Defensoria Pública.

Comissão Especial: Realizou o desenvolvimento de estudos, atos preparatórios, análises de projetos e diálogos com instituições, órgãos do poder público e entidades privadas.

Membros: José Arruda, à época diretor-adjunto da Escola Superior da Defensoria Pública e coordenador da Comissão; Daniel Lobo, diretor Administrativo e Financeiro e vice-coordenador da Comissão; Edgar Alamar, corregedor-geral da DPE-PA; Walcyrley Alcântara, ouvidor-geral da DPE-PA; Andreia Barreto, coordenadora do Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais; Luciana Albuquerque Lima, coordenadora do Núcleo de Defesa da Moradia; Jacqueline Bastos Loureiro, coordenadora do Núcleo de Atendimento Especializado à Família (Naefa); defensora pública Bia Albuquerque Tiradentes; defensora pública Juliana Andrea Oliveira; defensor público Carlos Eduardo da Silva; e servidora pública Jane Zaze.



Durante o evento, a defensora pública-geral, Mônica Belém, abordou o compromisso institucional da Defensoria Pública na proteção dos direitos de grupos vulnerabilizados, que são os mais afetados pelas mudanças climáticas. "Mais do que uma atividade preparatória para a COP 30, esse Seminário representa um marco institucional. Ele simboliza nosso compromisso histórico com a defesa dos direitos humanos e com a promoção da justiça social, especialmente para os mais vulnerabilizados pelos efeitos das desigualdades socioambientais. Estamos aqui para falar da justiça climática, mas a partir da perspectiva dos direitos humanos", ressaltou.

A programação foi organizada em mesas temáticas, voltadas à discussão de pautas na interseção entre sustentabilidade, justiça climática e social e direitos humanos no contexto específico da América do Sul, com destaque para o cenário brasileiro. Ao longo do dia, preenchido por debates e trocas de experiências, os palestrantes puderam compartilhar perspectivas e resultados de pesquisas teóricas e práticas profissionais



▶ Seminário Internacional

Uma grande jornada jurídica de troca de conhecimentos e experiências. Este foi o "Seminário Internacional sobre Justiça Climática, Proteção dos Direitos Humanos e atuação das Defensorias Públicas Sul-americanas: preparatório para a COP 30", realizado pela Defensoria Pública do Pará no mês de junho, no auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

Coordenado pela Escola Superior e pelo Comitê Institucional e Comissão Especial da DPE-PA para a COP 30, o evento reuniu defensores públicos, estudiosos e demais autoridades dos poderes Judiciário e Executivo. Participaram da programação, representantes de países como Paraguai, Uruguai e Argentina, além de 12 Defensorias brasileiras, sendo 11 estaduais e a Defensoria Pública da União (DPU).



Além de defensores públicos, contribuíram para o diálogo representantes de instituições de pesquisa como o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Universidade Federal do Pará e de órgãos como a Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente, além da própria ONU.

O presidente da Comissão Especial da DPE-PA para a COP 30, defensor público José Arruda destacou a relevância dos temas para a sociedade. “Apesar de ser um evento que foi produzido pela Defensoria Pública, ele não é destinado apenas a defensores e defensoras públicas. Ele é um evento para a sociedade, porque traz dois grandes elementos que precisam ser discutidos: a justiça climática e os direitos humanos”, enfatizou.

A chefe do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em Belém e representante da Organização das Nações Unidas (ONU) no evento, Mariana Rocha, destacou a importância do Seminário nas agendas nacional e internacional. “Este Seminário é muito importante para a realização deste diálogo estratégico em um momento particularmente simbólico para a região amazônica, para a agenda climática internacional e para o futuro das novas gerações.[...] A emergência climática que vivemos não é apenas uma crise ambiental. Ela é uma crise de direitos”, afirmou.





► Plantio de mudas no Parque da Cidade

Ainda como parte da programação do seminário, a DPE-PA realizou, em julho, o plantio de 25 mudas no Parque da Cidade, em Belém. A atividade somou-se ao esforço coletivo de reflorestamento do local, onde foi sediada, em novembro, a Green Zone da COP 30.

A ação contou com a presença de representantes internacionais como Mariana Vazquez, do Ministério da Defesa Pública do Paraguai; Paula Montefiori, da Defensoria de Entre Rios, na Argentina; e Diego Moreira, do Poder Judiciário do Uruguai. A presença dessas autoridades reafirma a importância da atuação conjunta entre países sul-americanos na defesa do meio ambiente e na promoção da justiça climática.



▶ Semana do Meio Ambiente

Em alusão ao “Dia Mundial do Meio Ambiente”, a Defensoria Pública do Pará realizou, em junho, a Semana do Meio Ambiente. A programação incluiu palestra e ação de cidadania.



Ação de cidadania

Aproximadamente 200 pessoas foram beneficiadas em uma ação de cidadania destinada a recicladores e catadores de materiais reutilizáveis, realizada na Fundação Cultural do Pará (Centur), em Belém.

A iniciativa ofertou diversos serviços gratuitos, como atendimentos jurídicos, ações de educação em direitos, emissão de documentos, assessoria para catadores autônomos, além da distribuição de mudas de plantas, atendimentos na área de saúde e bem-estar, e atividades de valorização dos trabalhadores que atuam na coleta seletiva.

Palestra “Meio Ambiente e Sustentabilidade: você protagonista na COP 30”

Conduzida pela professora Ludetana Araújo, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e referência internacional em Educação Ambiental, a atividade integrou as ações do Comitê Institucional e da Comissão Especial da DPE-PA para a COP 30 e contou com a parceria da Escola Superior.

Durante a ação, o catador de materiais reutilizáveis Lucival Pereira conseguiu regularizar sua documentação. “Eu vim aqui para restituir a 2ª via da minha Certidão de Casamento, com averbação do divórcio, pois a minha antiga foi roubada enquanto eu dormia na rua. Estou muito feliz por ter conseguido resolver o meu problema. Só tenho a agradecer à Defensoria Pública”, declarou o assistido.



► Defensoria Sustentável: caminhada e ação em Mosqueiro

Em julho, o programa “Defensoria Sustentável”, da DPE-PA, foi até a Ilha de Mosqueiro, distrito de Belém, em uma ação que uniu cidadania e preservação ambiental. A atividade teve como foco a conscientização sobre a preservação das praias e do ecossistema local, e o estímulo a práticas responsáveis entre banhistas, comerciantes e ambulantes.

A programação iniciou no Cursinho Popular de Mosqueiro, onde a população contou com os serviços de atendimento jurídico e emissão de documentos, com a presença da “Carreta de Direitos”. No dia seguinte,

a iniciativa avançou para a Praia do Farol, com a caminhada “Praia Limpa”, que reuniu moradores, veranistas e instituições para a conscientização sobre a importância da coleta seletiva de resíduos e a distribuição de materiais sustentáveis, como sacolas biodegradáveis e lixeiras para veículos.

A subdefensora pública-geral institucional, Luciana Filizzola, ressaltou a importância da iniciativa no contexto da COP 30. “Ações como o programa ‘Defensoria Sustentável’ refletem nosso compromisso de integrar justiça social e climática, levando cidadania, educação ambiental e cuidado com o meio ambiente diretamente às comunidades. Nossa atuação na justiça ambiental é, antes de tudo, uma atuação em defesa da vida, dos territórios e das populações que mais sofrem os efeitos da crise climática”. afirmou.





► Lançamento da Revista Arandu

Em agosto, uma cerimônia no Armazém do Tempo, no Parque Zoobotânico Mangal das Garças, marcou o lançamento da 5ª edição da Revista Arandu: Norteando Direitos – Edição Especial COP 30. A publicação reúne a produção científica das Defensorias estaduais da Região Norte do Brasil e, nesta edição, teve a defensora pública-geral do Pará, Mônica Belém, como presidente do Conselho de Política Editorial.

Publicada anualmente, a Arandu é um espaço de reflexão sobre os desafios do acesso à Justiça a partir de uma perspectiva nortista. Nesta edição, ela conta com a colaboração de 30 autores, entre defensores, servidores e convidados. São 21 textos, entre artigos científicos, resenha e uma seção especial dedicada à COP 30.

O lançamento aconteceu em um clima de celebração à produção e democratização do conhecimento jurídico na Região Norte. Estiveram presentes defensores públicos-gerais de vários estados brasileiros, inclusive a presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores-Públicos Gerais (Condege) e defensora pública-geral do Mato Grosso, Maria Luziane Ribeiro de Castro.



Na ocasião, a defensora pública-geral do Pará, Mônica Belém, enfatizou a importância do enfoque amazônico para se pensar pautas jurídicas essenciais.

“Desde a primeira edição, a Revista Arandu desempenha papel fundamental ao dialogar com a essência do que representa a Defensoria Pública: a defesa dos mais vulneráveis, o acesso à Justiça e a garantia de direitos de forma ampla e efetiva. Aqui na Região Norte, esses desafios ganham contornos ainda mais urgentes, razão pela qual esta revista tem uma importância singular para todos nós”, destacou.

A programação foi encerrada com a palestra “A importância da contribuição científica para a COP 30 na Amazônia, justiça climática e promoção de direitos humanos”, ministrada pelo professor Antônio Gomes Moreira Maués, titular do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará.



► Edição especial COP 30

A 5ª edição da Revista Arandu tem uma seção especial destinada à interseção entre pautas ambientais e o Direito. Nela, são desenvolvidos temas como governança climática, proteção da Amazônia, bioeconomia de base florestal, justiça socioambiental, transição energética e inovação em políticas públicas.



Acesse a 5ª edição da Revista Arandu



► Revista Vozes da Escola – Edição Especial COP 30

Ainda como parte das ações preparatórias para a Conferência das Nações Unidas em Belém, a Defensoria do Pará realizou o Concurso de Redação "Amazônia, Defensoria Pública e COP 30". A iniciativa, voltada para estudantes de ensino médio da rede pública estadual, foi uma parceria entre a Comissão Especial da DPE-PA para a COP 30 e a Escola Superior da instituição.

Com o concurso, a DPE-PA buscou valorizar a voz da juventude paraense, estimular o pensamento crítico e reconhecer ideias sobre justiça climática na Amazônia. Para a defensora pública-geral, Mônica Belém, a iniciativa é especialmente relevante por engajar a juventude na pauta climática, neste momento em que os olhos do mundo se voltam para a Amazônia.



O grande vencedor foi Isac Wanderson Simões Palermo, aluno do 1º ano da Escola Técnica Estadual Magalhães Barata, com redação centrada na relação entre degradação ambiental e justiça social. "A Defensoria não deu essa chance só para mim, mas para todos que participaram. Sou muito grato", afirmou Isac.

Os segundo e terceiro lugares ficaram, respectivamente, com as alunas Dayane Nascimento Teixeira, do Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP), e Maria Luiza Rodrigues de Oliveira, da Escola de Ensino Técnico Doutor Celso Malcher.

Os textos dos dez primeiros colocados foram publicados na revista digital "Vozes da Escola: Clima, Defensoria, Justiça e Amazônia na visão dos jovens da rede pública", lançada no estande da Defensoria do Brasil na COP. A publicação expressa a visão dos estudantes sobre o papel da Defensoria na defesa dos direitos socioambientais e na proteção das comunidades amazônicas diante da crise climática.

Além disso, a premiação para os três primeiros colocados incluiu bolsas de estágio remunerado na DPE-PA, bolsas integrais no Curso de Redação "Professora Joana Vieira", além de certificados e medalhas de reconhecimento (ouro, prata e bronze).



Acesse a Revista Vozes da Escola – Edição Especial COP 30



Atuação na COP 30

► Inauguração do Salão Verde

Como ponto de largada para a COP 30, a Defensoria do Pará inaugurou, em novembro, o "Salão Verde", espaço para diálogos defensoriais. A área, antes ocupada pelo programa "Balcão de Direitos", passou por uma grande reforma para se transformar em um moderno espaço de convivência, que vai ser utilizado para abrigar variados eventos da Defensoria paraense. Em um primeiro momento, ele concentrou informações sobre as atividades da instituição relacionadas à Conferência da ONU.

O Salão Verde foi instalado no térreo do prédio-sede da instituição, localizado na Rua Padre Prudêncio, nº 154, bairro da Campina, em Belém. A nova estrutura dispõe de recepção, copa, banheiros acessíveis, sala de apoio para reuniões, sala multiuso para eventos e espaço interativo, além de sofá, cadeiras e arquibancada, para acomodar palestrantes, conferencistas, autoridades e a população em geral. Na reforma, foi feito um investimento de mais de R\$500 mil.



► Defensoria do Pará na Green Zone

A Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) teve participação estratégica na Green Zone da COP 30. Nos pavilhões Brasil e Pará e no estande "Defensoria do Brasil na COP 30", a instituição reafirmou o compromisso com a justiça climática, a sustentabilidade, a promoção dos direitos humanos e a proteção das populações historicamente vulnerabilizadas da Amazônia.

No estande da Defensoria Pública do Brasil, a DPE-PA atuou de forma conjunta com o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) e com as Defensorias Públicas dos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.





A abertura da programação foi realizada pela defensora pública-geral do Pará, Mônica Belém, que representou a presidente do Condege, Maria Luziane Ribeiro de Castro, e destacou o caráter inédito da atuação conjunta das Defensorias no maior evento climático do mundo. Ao longo dos dias, defensoras/es, servidoras/es e colaboradoras/es apresentaram iniciativas que evidenciaram uma atuação territorial, preventiva, interinstitucional e alinhada às agendas globais de sustentabilidade, acesso à Justiça e direitos humanos.



Também na Green Zone, a DPE-PA integrou a programação oficial do Pavilhão Pará, espaço coordenado pelo Governo do Estado e composto por salas temáticas voltadas ao debate de soluções socioambientais para a Amazônia. A participação da instituição ocorreu após seleção em edital promovido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas).

► Conheça os projetos apresentados

"Combate à Grilagem do Carbono"

 Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Mosqueiro Verde: A Defensoria do Estado do Pará Extramuros"

 Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Educar, defender e transformar: construindo cidadania e sustentabilidade com o 'Balcão de Direitos'"

 Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Protocolo de Atendimento Sustentável aos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais"

 Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Cidadania Digital Verde"

 Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Políticas de enfrentamento às desigualdades de gênero em contextos de crises climáticas"

 Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Política de Gestão Socioambiental da Defensoria do Pará: Agenda 2030 e Protocolo Verde"

 Estande da Defensoria do Brasil na COP 30





"O modelo administrativo-financeiro da Defensoria Pública para a construção de uma administração mais econômica, eficiente e climaticamente responsável na Amazônia"

Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Diálogos sobre Cidades Inteligentes, Resilientes e Blockchain"

Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Nascente Uraim"

Estande da Defensoria do Brasil na COP 30

"Cheque Moradia e Benefícios Eventuais às Pessoas Expostas e Atingidas pelos Alagamentos na Cidade de Belém"

Estande da Defensoria do Brasil na COP 30 e Pavilhão Pará

"(Re)Existir Urbano: Adaptação e Resiliência Climática na Defesa da Moradia de Comunidades nas Cidades da Amazônia"

Estande da Defensoria do Brasil na COP 30 e Pavilhão Pará

"Floresta em Pé: Atuação Preventiva para o Combate ao Desmatamento Ilegal com Base em Inteligência Climática"

Estande da Defensoria do Brasil na COP 30 e Pavilhão Pará

"Hortas Suspensas em Garrafas PET"

Pavilhão Pará

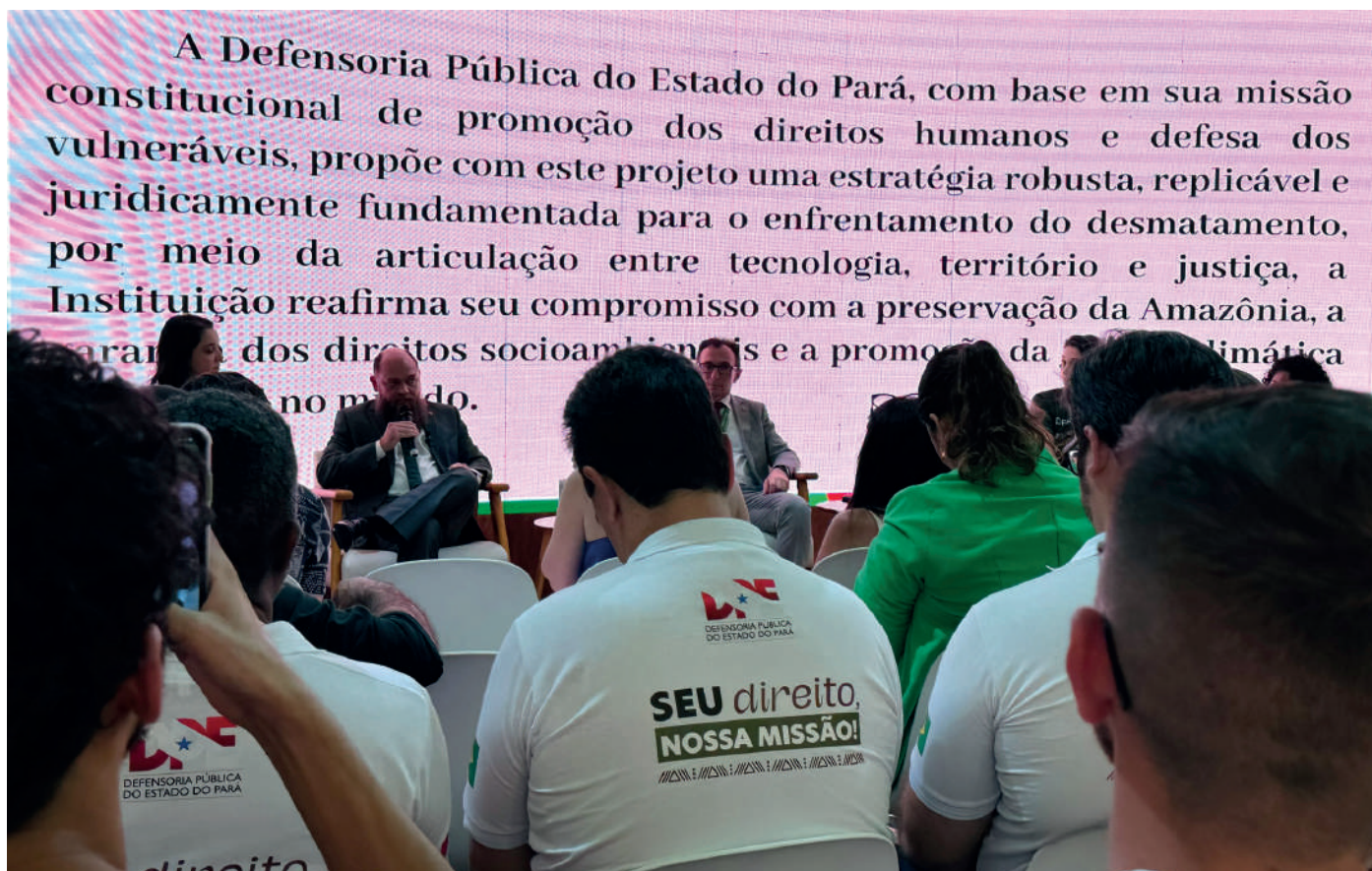
► Defensoria paraense foi a única do país a se apresentar no “Pavilhão Brasil”



A DPE-PA foi a única Defensoria Pública do Brasil a integrar oficialmente a programação do “Pavilhão Brasil”, idealizado pelo governo federal, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O espaço contou com o maior auditório da Green Zone e buscou aproximar a sociedade brasileira das negociações climáticas.

Na ocasião, a instituição apresentou o painel “Defensoria Pública e Justiça Climática: cooperação institucional pelo combate ao desmatamento e proteção da biodiversidade no campo e defesa das comunidades urbanas vulneráveis frente às mudanças climáticas”, resultado da integração de dois projetos estratégicos desenvolvidos pela Defensoria paraense e selecionado dentre mais de 1200 propostas inscritas.

O primeiro projeto, “(Re)Existir Urbano: adaptação e resiliência climática na defesa da moradia de comunidades nas cidades da Amazônia”, é de autoria das defensoras públicas Luciana Albuquerque e Silvia Noronha. Já o segundo, “Floresta em Pé: atuação preventiva e estruturada da Defensoria Pública do Estado do Pará no combate ao desmatamento com base em inteligência climática”, foi desenvolvido pelos defensores públicos Arthur Corrêa, José Arruda e Rodrigo Ayan.



Ambos os projetos reforçam a importância da atuação articulada da Defensoria Pública paraense na proteção de territórios, na mitigação de impactos ambientais e na defesa de comunidades que enfrentam de forma mais intensa os efeitos da crise climática. O painel também contou com a participação de Alexandra Monteiro Alves, pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); José Júlio Lima, doutor em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA); e Myrian Cardoso, professora e ativista.

O público presente no auditório reuniu representantes da sociedade civil, ativistas ambientais, cientistas do clima, autoridades e pessoas interessadas em compreender o papel da instituição na construção de soluções frente à crise ambiental. Ao longo da apresentação, os defensores compartilharam experiências práticas, resultados e estratégias desenvolvidas nos dois projetos, que ilustram o compromisso da instituição com a atuação técnica, integrada e sensível às realidades amazônicas.

A atuação da Defensoria Pública do Pará na Green Zone da COP 30 consolidou o papel da instituição como agente estratégico na promoção da justiça climática, ao articular defesa de direitos, formulação de políticas públicas, educação em direitos humanos, inovação tecnológica e gestão institucional sustentável.



► Estande institucional no “Pavilhão Pará–Municípios” fortalece diálogos dentro do estado

Ainda durante a COP 30, a DPE-PA também esteve presente no Pavilhão Pará–Municípios. Localizado no Centro de Convenções Centenário, o espaço do Governo do Estado foi destinado à programação institucional na segunda semana da Conferência. A participação ampliou a presença da Defensoria do Pará no evento internacional, fortaleceu o diálogo com municípios e comunidades amazônicas e deu visibilidade às ações desenvolvidas no território paraense no enfrentamento aos desafios socioambientais.



► Grupo de Trabalho e Defensoria-COPMóvel reforçam o atendimento em áreas de mobilização social

Além da programação intensa na GreenZone e no Pavilhão Pará-Municípios, a Defensoria paraense manteve a atuação finalística durante os dias de COP 30, por meio de um Grupo de Trabalho (GT) criado para

atuação extraordinária durante a realização da Conferência.

O grupo cumpriu o objetivo de articular e executar um plano estratégico de atuação voltado à defesa dos direitos

humanos e à proteção de grupos vulnerabilizados no período do evento. A iniciativa buscou garantir o pleno funcionamento da instituição e a pronta resposta a eventuais demandas da população.

Defensoria-COPMóvel

Um dos destaques de atuação do GT foi a iniciativa “Defensoria-COPMóvel”, que utilizou a estrutura das Vans de Direitos para se posicionar em lugares estratégicos, com os serviços gratuitos de atendimento e orientação jurídica para a população.

O Defensoria-COPMóvel esteve em áreas de mobilização de movimentos sociais e da população organizada, como a Universidade Federal do Pará, onde foi sediada a Cúpula dos Povos, evento paralelo à COP 30,

coordenado por lideranças e redes de participação popular de todo o mundo.

Também acompanhou momentos importantes, como a Marcha Mundial pelo Clima, que reuniu cerca de 70 mil pessoas nas ruas de Belém. As unidades ficaram posicionadas em três pontos estratégicos ao longo do trajeto da passeata, com defensores públicos a postos para garantir o respeito aos direitos dos manifestantes.



▶ Assinatura da Carta da Defensoria Pública por Justiça Socioambiental e Climática

No encerramento da COP 30, a Defensoria Pública do Pará assinou, juntamente com as Defensorias Públicas dos estados do Rio de Janeiro, Maranhão, São Paulo, Mato Grosso e Amazonas, a "Carta da Defensoria Pública por Justiça Socioambiental e Climática", também denominada Carta de Belém do Pará – COP 30. O ato marcou o último dia de participação institucional da Defensoria na conferência, após duas semanas de atuação contínua na Green Zone.

A Carta representa a consolidação dos debates, diálogos e experiências compartilhados ao longo da COP 30 no estande "Defensoria do Brasil na COP 30", onde as seis Defensorias atuaram de forma integrada. O documento reúne diretrizes estratégicas e compromissos institucionais a serem encaminhados ao Condege, com o objetivo de fortalecer a atuação das Defensorias Públicas brasileiras na agenda socioambiental e climática, especialmente na defesa de populações historicamente vulnerabilizadas.

Entre os principais eixos previstos na Carta estão o fortalecimento da agenda climática e socioambiental no âmbito das Defensorias; a promoção de ações formativas e de difusão de boas práticas; a criação de programas permanentes de capacitação para defensoras/es, servidoras/es e estagiárias/os; além do incentivo à produção de estudos, pesquisas e materiais técnicos voltados ao aprimoramento da atuação institucional em temas ambientais e climáticos. A assinatura do documento consolida um marco de cooperação institucional em âmbito nacional, alinhado aos desafios globais impostos pelas mudanças climáticas e aos compromissos com os direitos humanos.

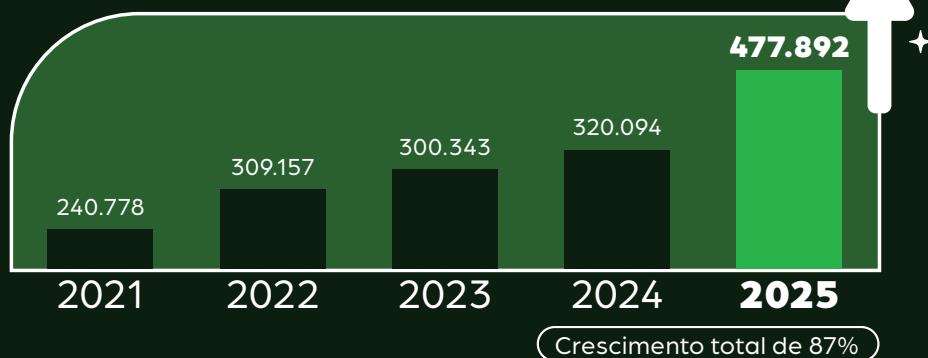


Programa Balcão de Direitos

Em 2025, o programa "Balcão de Direitos" alcançou o total de 477.892 atividades realizadas ao longo do ano, o maior número registrado na história de mais de duas décadas da iniciativa. O quantitativo representa um crescimento de cerca de 40% em relação ao ano anterior, que registrou o total de 320.094 atividades.

A conquista é resultado de mais de 200 ações realizadas em 85 municípios ao longo de 2025, abrangendo todos os Núcleos Regionais da DPE-PA. Os números demonstram a importância do "Balcão" como instrumento de cidadania e garantia de direitos em todo o estado.

► Números de atividades do programa "Balcão de Direitos"



EM 2025,

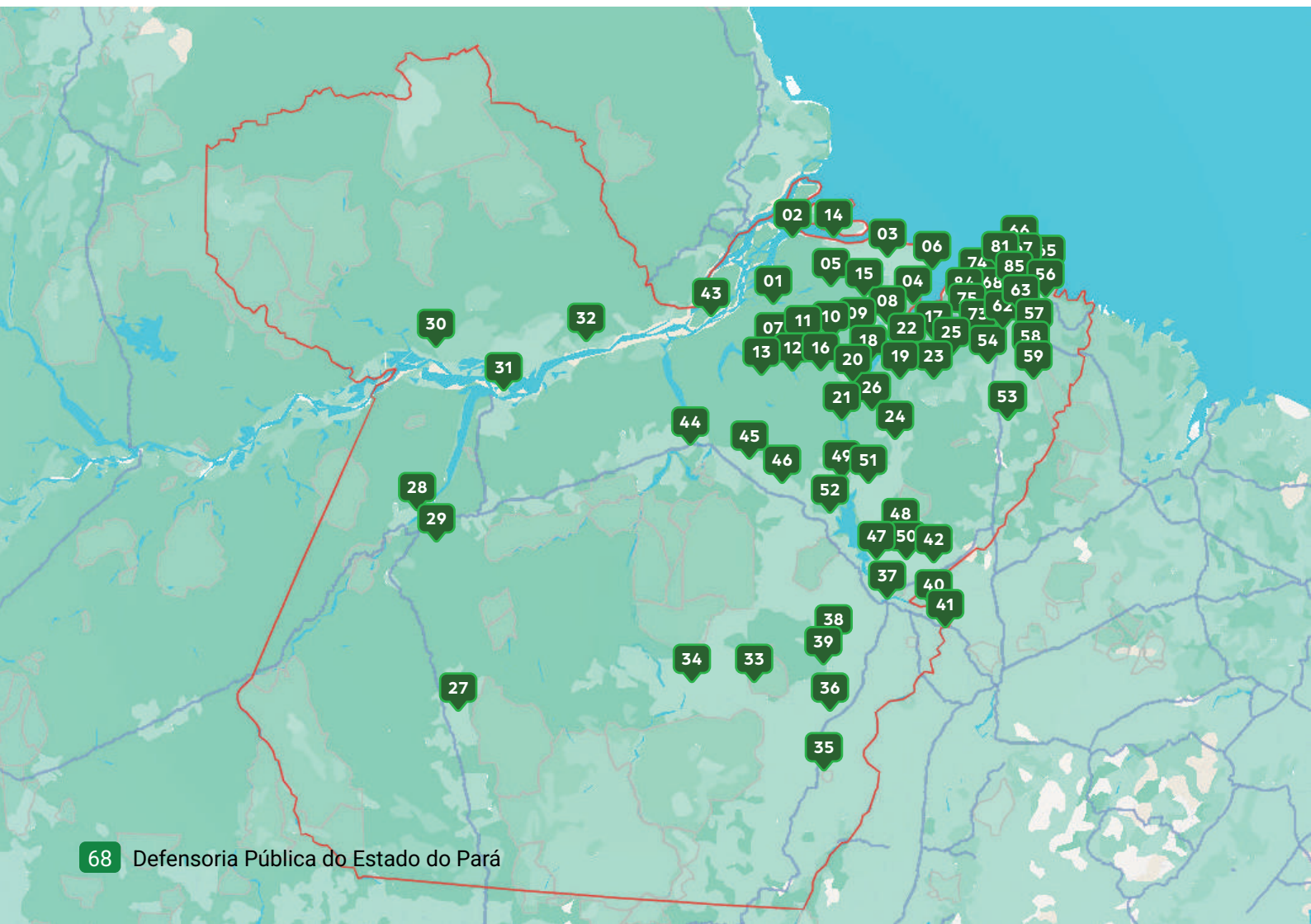
O BALCÃO DE DIREITOS

ESTEVE EM

85 MUNICÍPIOS PARAENSES!



- | | | | |
|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 01. Breves | 23. Moju | 45. Anapú | 67. Viseu |
| 02. Afuá | 24. Tailândia | 46. Pacajá | 68. Tracuateua |
| 03. Santa Cruz do Arari | 25. Acará | 47. Itupiranga | 69. Santarém Novo |
| 04. Soure | 26. Mocajuba | 48. Jacundá | 70. São Miguel do Guamá |
| 05. Anajás | 27. Novo Progresso | 49. Tucuruí | 71. Castanhal |
| 06. Salvaterra | 28. Itaituba | 50. Nova Ipixuna | 72. Santo Antônio do Tauá |
| 07. Melgaço | 29. Trairão | 51. Breu Branco | 73. Inhangapi |
| 08. Ponta de Pedras | 30. Oriximiná | 52. Novo Repartimento | 74. Vigia |
| 09. Muana | 31. Santarém | 53. Paragominas | 75. Santa Izabel do Pará |
| 10. São Sebastião da Boa Vista | 32. Prainha | 54. Concórdia do Pará | 76. São Francisco do Pará |
| 11. Curralinho | 33. Tucumã | 55. Bujaru | 77. São João da Ponta |
| 12. Bagre | 34. São Félix do Xingu | 56. Ourém | 78. São Domingos do Capim |
| 13. Portel | 35. Redenção | 57. Capitão Poço | 79. Santa Maria do Pará |
| 14. Chaves | 36. Xinguara | 58. Garrafão do Norte | 80. Terra Alta |
| 15. Cachoeira do Arari | 37. Marabá | 59. Nova Esperança do Piriá | 81. Marapanim |
| 16. Oeiras do Pará | 38. Parauapebas | 60. São João de Pirabas | 82. Curuçá |
| 17. Barcarena | 39. Canaã dos Carajás | 61. Primavera | 83. Igarapé-Açu |
| 18. Limoeiro do Ajuru | 40. Palestina do Pará | 62. Bonito | 84. São Caetano de Odivelas |
| 19. Igarapé-Miri | 41. Brejo Grande do Araguaia | 63. Capanema | 85. Maracanã |
| 20. Cametá | 42. Bom Jesus do Tocantins | 64. Salinópolis | |
| 21. Baião | 43. Gurupá | 65. Bragança | |
| 22. Abaetetuba | 44. Altamira | 66. Quatipuru | |





Ação comemorativa de 450 mil atendimentos

Em dezembro, uma grande ação de cidadania na Praça da República, em Belém, celebrou a chegada do “Balcão de Direitos” à marca de 450 mil atividades. Durante o evento, foram oferecidos serviços gratuitos de atendimento jurídico, emissão de documentos e educação em direitos.

Bárbara Carvalho foi uma das assistidas. Ela compareceu à ação acompanhada da filha, Jhenyfer Victoria, de onze anos, em busca do RG e para tirar dúvidas jurídicas. “Para mim, foi motivo de gratidão ter esse apoio da Defensoria Pública, trabalho desenvolvido em prol da comunidade em vulnerabilidade, das pessoas que precisam de uma documentação essencial”, declarou Bárbara.



Expedição Tapajós

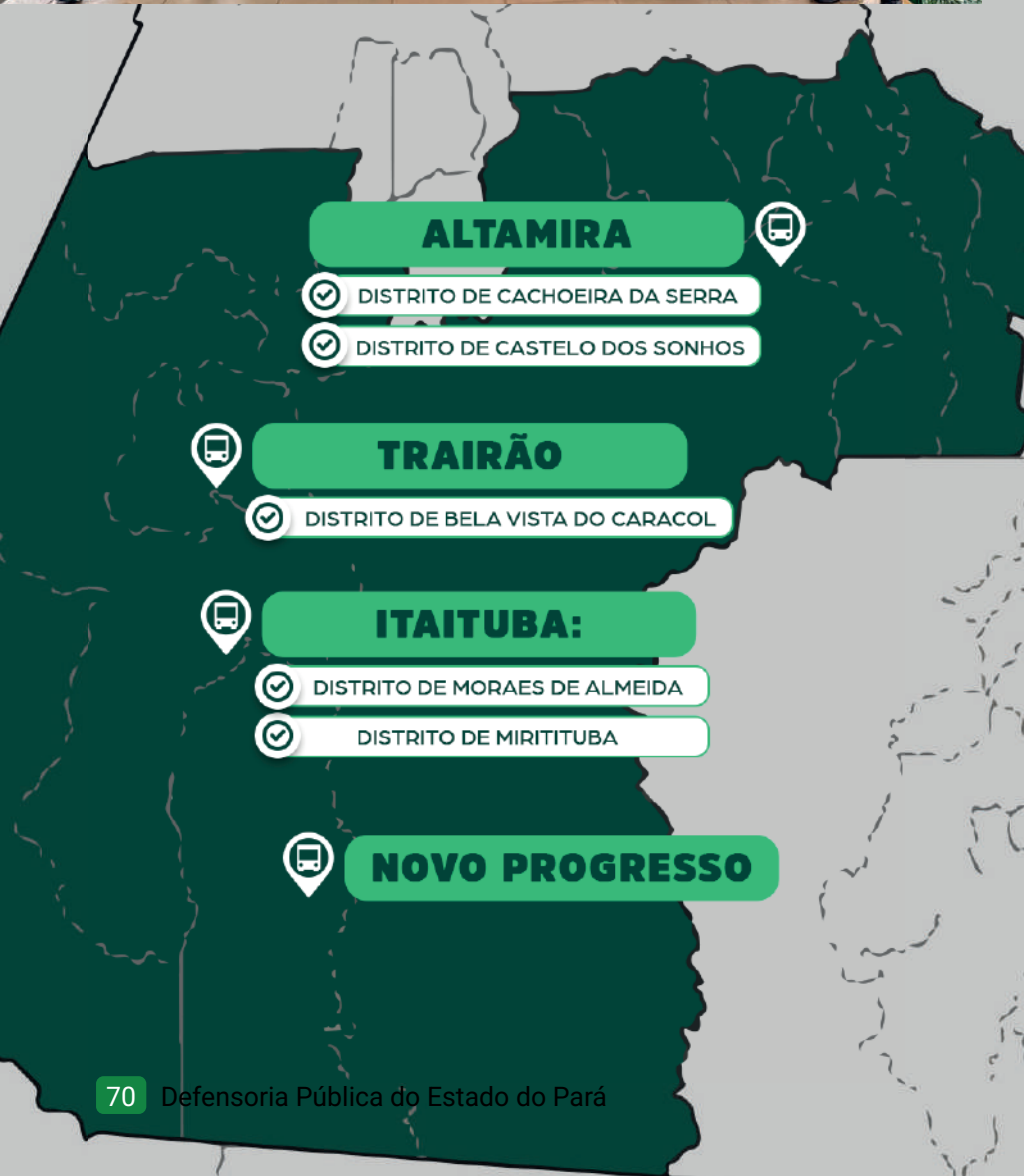
Entre os dias 14 de setembro e 10 de outubro, o "Balcão de Direitos" realizou a 3ª edição da Expedição Tapajós. A itinerância percorreu as localidades de Cachoeira da Serra e Castelo dos Sonhos, em Altamira; Moraes de

Almeida e Miritituba, em Itaituba; e o distrito de Bela Vista do Caracol, em Trairão; além do município de Novo Progresso, no Sudoeste do estado. Ao todo, foram realizados cerca de 49.504 atendimentos para a população.



"Essa ação foi muito boa para nós, principalmente para as pessoas carentes que não têm condições de pagar por esses serviços, e que não têm documentos. Hoje, todos nós estamos conseguindo tirar todos os documentos. É o que a gente precisa no município e no rural", declarou a assistida Sônia Crivelli, de 50 anos, moradora da zona rural do município de Novo Progresso. Ela e o esposo foram à ação em busca da regularização dos documentos.

A história de Sônia se une às de milhares de assistidos que aproveitaram os serviços da Expedição Tapajós para regularizar a situação documental e obter orientação e atendimento jurídico, fortalecendo o acesso à cidadania e a garantia de direitos no interior do estado.





"Marajó 360°+" atinge recorde histórico de mais de 103 mil atendimentos

"Eu fiz vários serviços, resolvi várias situações, graças a Deus. Tirei a identidade do meu filho, troquei a Certidão de Nascimento da minha filha que estava errada. Estou resolvendo documentação de terreno e também da minha aposentadoria do INSS. Tudo isso sem sair daqui, sem custo, com atendimento de qualidade. Muito obrigada à Defensoria Pública". O

relato de Edinalva Batista, moradora de Ponta de Pedras, resume o impacto da maior ação cidadã já realizada pela Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA): a expedição "Marajó 360°+", do programa "Balcão de Direitos".

Encerrada em abril, a segunda edição da expedição atingiu um

marco histórico: **103.349 mil atendimentos gratuitos** realizados em todos os **17 municípios do Marajó**, o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, composto por mais de 2,5 mil ilhas e uma população estimada em 550 mil habitantes.

103.349
atendimentos
gratuitos

recorde histórico da
Defensoria Pública.

Todos os
17

municípios do Marajó
alcançados.

Durante semanas de navegação, foram oferecidos serviços de atendimento jurídico, dentre eles divórcio consensual, pensão alimentícia, registros de óbito e nascimento fora do prazo, retificação e reconhecimento de paternidade, além de consultas processuais. Também foram emitidos documentos como RG, CPF, Carteira de

Trabalho Digital, Título de Eleitor e Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito.

De forma complementar, a iniciativa proporcionou atividades de educação em direitos, educação ambiental e orientação previdenciária. As ações educativas trataram de temas essenciais à promoção da cidadania e à prevenção de violências, como o enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes e à violência contra a mulher; projeto de vida para adolescentes; escarpelamento e primeiros socorros; e cuidados com meio ambiente. As atividades foram desenvolvidas de forma acessível e interativa, por meio de diálogos com a população marajoara sobre direitos, proteção e autocuidado.



Um dos casos mais comoventes ocorreu em Curralinho, com o atendimento domiciliar de um idoso de 103 anos, diagnosticado com Alzheimer e deficiente visual. Sem condições de locomoção, ele foi atendido em casa pela Defensoria, com o apoio do Tribunal de Justiça e da Polícia Civil. Além de ter o RG emitido, a filha solicitou a sua curatela, que foi concedida ainda durante a itinerância.

Meta ULTRAPASSADA

O número total de atendimentos superou em mais de duas vezes a meta inicial de 50 mil, o que reflete a alta demanda e o alcance da ação no arquipélago. **Entre os municípios com maior volume de serviços prestados, destacam-se Gurupá, com 10.372 atendimentos, seguido por Afuá, com 9.962, e Muaná, com 9.742.** Os números evidenciam o impacto direto da expedição nas localidades populosas e de difícil acesso do Marajó.



► Municípios com as maiores demandas:

1º Gurupá: 10.372 atendimentos;

2º Afuá: 9.962 atendimentos;

3º Muaná: 9.742 atendimentos.

Para o coordenador do programa “Balcão de Direitos”, defensor público Marcus Vinícius Franco, a experiência deixa aprendizados profundos e reforça o papel das instituições públicas como agentes de transformação social. “Foi um momento de fortalecimento institucional. Um verdadeiro ‘mix’ de órgãos atuando em harmonia, com empatia e compromisso. Levamos o que temos de melhor — não apenas serviços, mas cuidado e respeito. Os efeitos disso na vida das pessoas são imensuráveis. A cada pessoa da equipe, deixo meu abraço e minha admiração por ter aceitado o desafio de semear esperança em condições adversas”, frisa.



Entre 19 de fevereiro e 1º de março, a primeira etapa da expedição passou por Breves, Anajás, Santa Cruz do Arari, Oeiras, Soure, Melgaço e Salvaterra. Na segunda etapa, entre os dias 10 de março e 8 de abril, os atendimentos chegaram a Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Portel, Gurupá, Afuá, Chaves e Cachoeira do Arari. Nos dois períodos, foram mais de 4 mil quilômetros percorridos em todo o arquipélago. Além disso, foram escalados 148 servidores para levar cidadania e dignidade aos assistidos marajoaras.

Atuante no município de Afuá, o defensor público Franculino Silva destaca a relevância histórica da ação e os efeitos concretos na vida dos moradores. “A maior satisfação foi ver a população tendo acesso a serviços essenciais que fazem uma diferença enorme na vida das pessoas. Uma das nossas maiores demandas foi justamente quanto ao direito à documentação. Pessoas que não tiveram o nascimento registrado ou tinham erros na Certidão de Nascimento ficavam impedidas de ter acesso aos serviços mais básicos, como saúde e educação. E a Defensoria Pública foi lá e resolveu esse problema, porque garantir direitos é o nosso dever”, reforça.





► Parceiros

A segunda edição da expedição “Marajó 360°” foi cofinanciada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), que destinou um investimento de R\$ 750 mil para viabilizar a ação. Esse apoio foi fundamental para ampliar o alcance da iniciativa e fortalecer o compromisso com a efetivação dos direitos básicos. Para o secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do MDHC, Bruno Renato Teixeira, a ação foi ainda mais relevante tendo em vista a situação de vulnerabilidade da população marajoara. “O arquipélago do Marajó concentra cinco dos 57 municípios com os piores índices de sub-registro de nascimento do país. Garantir o registro civil é garantir a porta de entrada para todos os outros direitos”, destaca.

A iniciativa também contou com a parceria das prefeituras dos 17 municípios visitados, especialmente por meio de suas secretarias municipais de Assistência Social e de Saúde, que deram suporte local às ações. Na esfera estadual, a mobilização contou com a presença do Ministério Público do Estado do Pará, da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria Especial do Marajó. Já no âmbito federal, somaram forças a Defensoria Pública da União (DPU), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Receita Federal e a Capitania dos Portos. Ao todo, foram 10.982 atendimentos realizados por órgãos parceiros.

Enfrentamento à violência de gênero

Atuação do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen)

Por mais um ano, o Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen) se consolidou como referência no atendimento a mulheres em situação de violência de gênero.

Em 2025, o Nugen fortaleceu projetos institucionais e deu continuidade ao fluxo de atendimentos jurídicos, além da participação e realização de ações de cidadania, com foco na efetivação do acesso à Justiça, pautado em uma perspectiva feminista e humanizada.

Ao todo, o Núcleo realizou 79.242 atividades nos âmbitos do Nugen Mulher e Nugen-Pessoa Acusada, incluindo a atuação integrada e administrativa. Merecem destaque as ações de educação em direitos, que atingiram um público de 45.740 pessoas, com o propósito de promover o empoderamento de mulheres e incentivar a autonomia feminina, além de conscientizar sobre questões cruciais como violência de gênero, medidas protetivas e a atuação da Lei Maria da Penha.



▶ Projetos e iniciativas



Grupo Reflexivo de Mulheres

Conduzido pela equipe de atendimento psicossocial, o projeto promove encontros semanais para o autoconhecimento e bem estar das assistidas do Nugen, com o propósito de auxiliar na superação do ciclo de violência.



Reincidência Zero

Desenvolvido pelo Nugen-Pessoa Acusada, o programa proporciona um ambiente de reflexão e desconstrução da conduta masculina, incluindo a realização do Círculo Reflexivo para Homens.



Arara das Manas

O projeto arrecada doações de roupas, sapatos e acessórios, que são encaminhados para mulheres ofendidas por violência patrimonial.



Selo Lilás

A certificação visa ao reconhecimento público de empresas que participam das ações de conscientização e da contratação de assistidas constantes no banco de dados do Nugen.



Empregabilidade e Diversidade

Em parceria com outras instituições, o programa objetiva a formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade, com oferta de bolsa de estudos para garantir que elas possam se dedicar aos cursos.

Eles com Elas

O projeto tem o propósito de formar homens como agentes multiplicadores dos direitos das mulheres e meninas.

► Defensoria do Pará garante obtenção de divórcio em pedido de medida protetiva

Em 2025, o Nugen obteve um resultado inédito na história de atuação do Núcleo: a obtenção de um divórcio litigioso imediato na ação do pedido de medida protetiva.

A conquista foi relacionada ao caso da assistida K. F. M., que vivia, há mais de três anos, em situação de violência doméstica. Após participar de uma atividade de educação em direitos, ela buscou o apoio defensorial. Tendo em vista a condição de vulnerabilidade da assistida, o pedido de medida protetiva de urgência foi requerido juntamente ao divórcio litigioso. A solicitação foi julgada favoravelmente e o divórcio foi concedido.

Para K. F. M., a decisão é garantia de um novo recomeço. "A Defensoria mudou minha vida. Em vários momentos, pensei que eu seria mais uma vítima de feminicídio, até encontrar na instituição um atendimento humanizado, rápido e de um acolhimento extraordinário. Sobre o que vemos nas redes sociais, quando dizem que tudo começa em um empurrão, eu afirmo que sim! Então, sempre vou incentivar mulheres e difundir o serviço da Defensoria. Aqui, encontrei um acolhimento de afeto quase familiar", disse emocionada.



Acompanhe o relato
de K. F. M.

► Ações de cidadania

Dia Internacional da Mulher

Em alusão ao “Dia Internacional da Mulher”, comemorado em março, a DPE-PA, por meio do Nugen, realizou uma grande ação de cidadania e acesso à Justiça na Usina da Paz do Guamá.

A ação ofertou atendimentos jurídicos, com ações de medida protetiva, orientações sobre divórcio, pensão alimentícia e direitos familiares, além de emissão de documentos. Contou também com serviços de saúde, como clínica geral, ginecologia, pediatria, odontologia; e de autocuidado, como design de sobrancelhas e limpeza de pele.

O evento também foi marcado pelo desfile das participantes do projeto “Arara das Manas”, que levou para a passarela a beleza e a força das assistidas da iniciativa.



Agosto Lilás

O “Agosto Lilás” foi instituído para reforçar a conscientização e o combate à violência contra a mulher, tendo como marco a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que completou 19 anos em 2025.

Em alusão à data, o Nugen realizou um mutirão de atendimentos jurídicos voltado para as mulheres, na Casa da Defesa da Mulher, em Belém.

Os serviços incluíram ações de pensão alimentícia, regulamentação de guarda e direito de convivência, divórcio, reconhecimento e dissolução de união estável, partilha de bens, regulamentação de visitas, acompanhamento de processos judiciais de família, medidas protetivas complementares (como prorrogação e extensão), auxílio-aluguel e queixa-crime.



Elas Por Todas Elas

Em 2025, a Defensoria paraense, por meio do Nugen, realizou a 3ª edição do evento “Elas Por Todas Elas”, que homenageou 28 personalidades e duas empresas que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres na sociedade paraense. A cerimônia, realizada em alusão aos 19 anos da Lei Maria da Penha, reforçou a importância da união entre instituições públicas, sociedade civil e setor privado para garantir proteção, autonomia e justiça às mulheres.

Entre as agraciadas, estiveram representantes do poder público, sociedade civil e lideranças locais, em reconhecimento ao trabalho diário de combate à violência contra a mulher.



► Selo Lilás

Durante a solenidade, foram realizadas as certificações de empresas que integram a iniciativa “Selo Lilás: Empresa Parceira da Mulher”, desenvolvida pelo Nugen. O projeto busca incentivar empresas a apoiar a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além de estimular o empreendedorismo feminino e a promoção da educação em direitos por meio de palestras e cursos ofertados pelo Nugen. Na ocasião, foram certificadas as empresas Kapa Capital Facilities e a Assembleia Paraense.



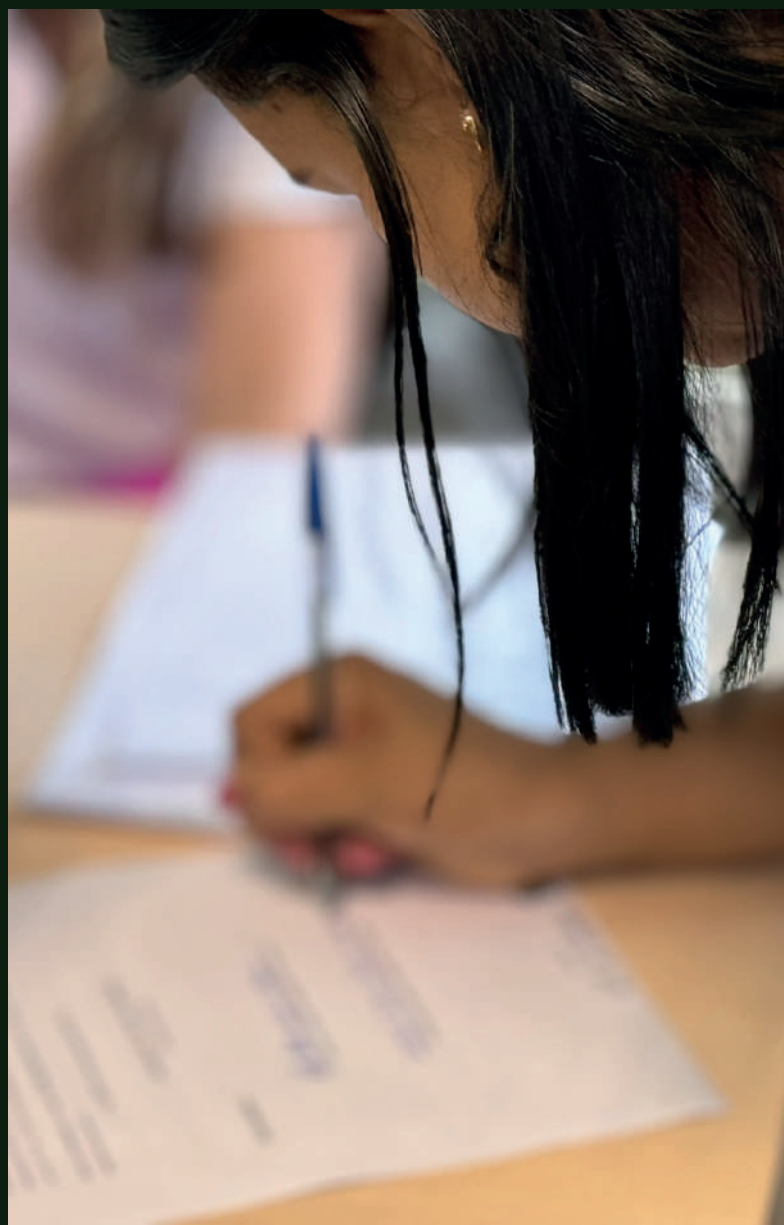
Direito da família

► Campanha “Meu Pai Tem Nome”

Em 2025, a DPE-PA realizou a 4ª edição da campanha nacional “Meu Pai Tem Nome”, iniciativa do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) que busca combater o sub-registro civil e fortalecer os vínculos familiares. A mobilização ocorreu no dia 8 de agosto, de forma simultânea, em 23 localidades do Pará, incluindo Belém, municípios da Região Metropolitana e cidades do interior.

O mutirão ofereceu atendimento jurídico gratuito em áreas como reconhecimento voluntário e investigação de paternidade e maternidade, reconhecimento socioafetivo, oferta e fixação de alimentos, reconhecimento e dissolução de união estável e divórcio consensual ou litigioso. Em todo o país, a data funciona como um “Dia D” de conciliações e mediações extrajudiciais voltadas ao fortalecimento dos laços familiares.

Durante a mobilização no Pará, diversas famílias puderam formalizar vínculos já existentes na vida cotidiana. Em Belém, o assistido Davidson Silva oficializou o reconhecimento socioafetivo da filha, acompanhado da companheira Josane Costa. Para ele, o registro é a confirmação de que a criança sempre teve um pai presente, mas agora de forma oficial. Histórias como essa se repetiram em diferentes municípios, o que evidencia o alcance humano e social da campanha.





Quero que ela saiba que não está sozinha no mundo, pois tem uma figura paterna, sempre teve, desde quando nasceu, mas agora de forma oficial. E vai poder contar comigo por toda a vida. Ela já me chama de pai desde sempre.

Dafson Silva (assistido da Defensoria)

A defensora pública-geral, Mônica Belém, destacou o caráter transformador da iniciativa: “Quando falamos que a Defensoria muda histórias, é disso que estamos falando: de garantir que vínculos de amor e afeto sejam reconhecidos e respeitados”, declarou.

Já a subdefensora pública-geral institucional e coordenadora da campanha no Pará, Luciana Filizzola, ressaltou a força da mobilização simultânea: “Nosso objetivo é acolher o maior número de famílias possível, ampliando o acesso à Justiça e reforçando o reconhecimento da paternidade como um direito fundamental”, afirmou.



Atuação do Núcleo de Atendimento Especializado à Família

O Núcleo de Atendimento Especializado à Família (Naefa) da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) atua com base nos princípios que regem as relações familiares, a fim de prestar assistência jurídica integral e gratuita em demandas que envolvem guarda, divórcio, pensão alimentícia e reconhecimento de paternidade ou maternidade, sejam elas biológicas ou socioafetivas. O trabalho desenvolvido pelo Núcleo busca garantir a efetivação dos direitos das famílias paraenses, promover soluções pacíficas e fortalecer os laços sociais.

Um dos principais instrumentos dessa atuação é a Câmara de Conciliação Extrajudicial de Conflitos Familiares, que realiza diariamente atendimentos e acordos voltados à resolução de divergências familiares. A iniciativa oferece um ambiente acolhedor

e humanizado, no qual as partes são incentivadas ao diálogo e à construção de soluções conjuntas, sem a necessidade de judicialização. Além dos acordos de divórcio e união estável, o setor psicossocial do Núcleo também realiza atendimentos voltados à guarda, convivência familiar, revisão de pensão alimentícia e acompanhamento de situações de vulnerabilidade.

Ao longo de 2025, o Naefa registrou 41.848 atividades, o que reflete o comprometimento da Defensoria Paraense com a promoção da paz familiar, o acesso à Justiça e a garantia de direitos fundamentais.



41.848
atividades
EM 2025



Direito do consumidor



Atuação do Núcleo De Defesa Do Consumidor



27.942
atividades
EM 2025

O Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) tem como missão garantir o acesso à Justiça e a proteção dos direitos dos consumidores paraenses, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica, com atuação guiada pela Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Em 2025, o Nudecon intensificou as ações voltadas à defesa coletiva dos consumidores, com o

total de 27.942 atividades. Tiveram destaque as Ações Cíveis Públicas movidas contra práticas lesivas à coletividade, como a cobrança indevida de tarifas, a negativa de cobertura assistencial a pessoas com deficiência e o descumprimento de contratos por parte de

Uma das decisões favoráveis obtidas pelo Núcleo em 2025 foi relativa ao caso do assistido Jaime Soares. O aposentado, que há décadas atua como pipoqueiro no bairro do Guamá, foi vítima de uma fraude que resultou em uma cobrança indevida no cartão de crédito, no valor de 9 mil reais. "Nunca vi 9 mil na minha mão, para lhe falar a verdade. Eu fiquei abalado, realmente triste. Fiquei sem saber, sem noção", declarou o assistido. No Nudecon, Jaime encontrou não apenas a solução para o seu problema, com a suspensão do débito e pagamento de indenização por danos morais, mas um acolhimento com dignidade.



Me acolheram bem e desejo que todo mundo procure a Defensoria Pública do Pará. Procure. O seu problema tem solução. É resolvido.

(Jaime Soares, assistido da Defensoria do Pará)



Veja o relato do assistido
Jaime Soares

► Iniciativas

Programa de Apoio ao Consumidor Superendividado (PACS)

Em mais um ano, o Programa de Apoio ao Consumidor Superendividado (Pacs) desempenhou papel fundamental na vida de assistidos em situação de superendividamento, com a promoção de ações de atendimento, conciliações extrajudiciais e educação financeira, que totalizaram 1.885 atividades.



DESTAQUE NACIONAL

Atuação no caso das plataformas de hospedagem

No último ano, o Nudecon participou, ao lado de outros órgãos do sistema de justiça, de uma atuação contra a cobrança de preços abusivos de hospedagem durante a COP 30 em Belém. Por meio de Ação Civil Pública e acordos extrajudiciais, o esforço conjunto conseguiu reduzir os valores divulgados em plataformas como Airbnb e Expedia, além de outras medidas para aumentar a transparência dos anúncios e a segurança do consumidor.



"Caravana do Consumidor" realiza **mutirão** para **segurados do INSS**

Outro destaque do Núcleo em 2025 foi o mutirão de orientação jurídica para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que foram vítimas de descontos indevidos em seus benefícios, realizado por meio do projeto "Caravana do Consumidor", do Nudecon.

Durante os três dias da ação, realizada em abril, quase mil pessoas utilizaram os serviços de orientação jurídica individual, auxílio para consultas no portal "Meu INSS", acesso à plataforma Consumidor.gov.br e cálculo dos valores passíveis de devolução.

O assistido Mauro Paixão foi um dos assistidos. Ele é curador da irmã com deficiência, beneficiária de pensão por morte, e ressaltou a importância da ação para quem não sabe onde buscar ajuda. "Excelente, porque eu, por exemplo, não sabia onde ir. Não sabia quem procurar. Vi no jornal que teria esse mutirão e vim. Aqui, já recebi orientação e uma parte do problema foi resolvido. Fiz o cancelamento do desconto e agora, com o documento que me deram, vou atrás do ressarcimento na Justiça Federal. Pelo menos agora eu sei o que fazer e onde ir", relatou.



Fazenda pública

Atuação do Núcleo Da Fazenda Pública

O Núcleo da Fazenda Pública (NFAZ) tem como missão assegurar o acesso à Justiça e a efetivação de direitos fundamentais da população paraense em demandas que envolvem o poder público, especialmente nas áreas de Fazenda Pública Comum, Fiscal e Saúde Pública.

Em 2025, ele intensificou a atuação estratégica nas esferas judicial e extrajudicial, com foco na defesa de políticas públicas essenciais, na tutela de direitos coletivos e na adoção

de soluções resolutivas e estruturantes. Ao longo do ano, foi registrado o total de 29.890 atividades, com destaque para a execução de 383 ações extrajudiciais, 990 petições iniciais e 8.563 petições intermediárias. No atendimento inicial, foram realizados 2.069 atendimentos por meio das ferramentas institucionais "DAVI Fazenda" e "DAVI Saúde", sendo 1.151 vinculados às áreas de Fazenda Pública Comum e Fiscal e 918 relacionados à Saúde Pública.



29.890
atividades
EM 2025



Um dos maiores destaques do ano foi a atuação extrajudicial para garantia do direito à saúde. O Núcleo teve atuação estratégica na Câmara de Resolução de Demandas de Saúde (CRDS), iniciativa interinstitucional voltada à solução pré-processual de conflitos. Os resultados de resolutividade em demandas eletivas comprovam o sucesso da prática, com índices de 89,29% em consultas, 85,54% em exames e 86,11% em cirurgias, o que contribuiu de forma significativa para a desjudicialização das demandas.

A relevância dessa atuação foi reconhecida nacionalmente, com a inscrição da iniciativa na XVI Edição do Prêmio “Conciliar é Legal” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

na Categoria V – Mediação e conciliação extrajudicial, evidenciando as boas práticas adotadas pelo Núcleo na promoção de soluções consensuais e eficientes. O NFAZ também participou ativamente de espaços institucionais de formulação e acompanhamento de políticas públicas de saúde, com destaque para o Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS Itinerante), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Direitos infantojuvenis

Atuação do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente



O Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca) atua, há mais de 20 anos, na garantia dos direitos infantojuvenis, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Naeca presta assistência interdisciplinar, nos âmbitos judicial e extrajudicial, a crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade, além de assistir adolescentes envolvidos em práticas de atos infracionais. Com o propósito de oferecer acolhimento integral, o Núcleo também atende os familiares e responsáveis.

Em 2025, o Naeca realizou o total de 25.959 atividades, fortalecendo a rede de apoio à população infantojuvenil, com atuação nas áreas de proteção e socioeducação.

Na área da proteção, o Núcleo atua na defesa judicial e extrajudicial de crianças e adolescentes em situação de risco, com ações de guarda, adoção e tutela, dentre outras, além de garantias de acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação. Já na área da socioeducação, o Núcleo presta suporte de atendimento técnico aos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, acompanhando todo o processo desde a apresentação até a execução de medidas socioeducativas.

Projetos



► ECO – o seu canal direto com o ECA

Por meio de atividades lúdicas e diálogos interdisciplinares, o projeto promove a divulgação das garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. As ações ampliam a conscientização e o conhecimento sobre os temas, para que crianças e adolescentes se reconheçam como sujeitos de direitos.



► Eu Me Importo

O projeto atua junto a crianças e adolescentes sob a guarda da família extensa, que inclui tios, avós, primos ou outros parentes próximos que não sejam os pais. Com atuação judicial e extrajudicial, a iniciativa contribui para a convivência familiar e para evitar novas rupturas, ao oferecer acesso à educação, esporte, cultura e qualificação profissional.



► Família Acolhedora

A iniciativa proporciona o acolhimento provisório de crianças e jovens que precisam ser afastados temporariamente das famílias. Ao invés de serem encaminhados a espaços de acolhimento institucional, as crianças e jovens são direcionados a famílias pré-cadastradas, em que os responsáveis pela guarda provisória assumem a responsabilidade pelos cuidados com saúde e educação, vida em comunidade e convivência familiar.

Área penal

Nos âmbitos da atuação penal e criminal, a Defensoria Pública do Pará conta com dois núcleos especializados, responsáveis por garantir a ampla defesa e o acesso à Justiça à população assistida.

Atuação do Núcleo de Defesa Criminal



36.208
atividades
EM 2025

O Núcleo de Defesa Criminal (Nudecrim) desenvolve ações de orientação jurídica e realiza a defesa de cidadãos acusados da prática de ilícitos penais, bem como atua em pedidos de revisão de condenação. A atuação do Núcleo abrange todos os graus do sistema de justiça estadual, que inclui processos que tramitam na Justiça Militar Estadual e nos Tribunais Superiores, em Brasília.

No ano de 2025, o Nudecrim realizou 36.208 atividades. Essa atuação foi a responsável por assegurar a defesa técnica e o respeito às garantias fundamentais dos assistidos.

Atuação do Núcleo de Defesa Em Execução Penal



O Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep) é responsável pela defesa integral das pessoas privadas de liberdade e em cumprimento de medidas de segurança. A atuação ocorre junto à Vara de Execução Penal da Capital do Estado e Região Metropolitana (VEP) e à Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Belém (VEPMA).

O Núcleo também atua em processos administrativos de apuração de faltas disciplinares de apenados custodiados nas unidades prisionais da Região Metropolitana de Belém assistidas pela instituição.

Em 2025, o Nudep realizou 40.986 atividades, com destaque para os mais de 3 mil e 600 atendimentos feitos em visita carcerária às unidades de custódia e reinserção da Região Metropolitana de Belém.



► Projeto "Refazenda"

Coordenado pelo Nudep, o projeto "Refazenda" é fruto de convênio entre a DPE-PA e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A iniciativa tem como foco o fortalecimento da assistência jurídica a pessoas privadas de liberdade, especialmente na Região Metropolitana de Belém, por meio do desenvolvimento de ações de busca ativa, a fim de garantir o acesso à Justiça e à promoção dos direitos humanos.

Em 2025, a DPE-PA realizou Processo Seletivo Simplificado (PSS) para preencher oito vagas para o cargo de Técnico de Defensoria (nível médio) para atuação no "Refazenda", com vistas à ampliação da área de atuação do projeto. Os aprovados assinaram o termo de contratação em cerimônia realizada em agosto, no Gabinete da DPE-PA.

A ampliação da iniciativa consolida a Defensoria do Pará como figura central na política de execução penal, em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e as diretrizes do Ministério da Justiça e Segurança Pública.





Projeto “Cidadania no Cárcere”

Ao longo de 2025, o projeto “Cidadania no Cárcere” consolidou-se como uma das principais iniciativas institucionais voltadas à garantia de direitos da população privada de liberdade. Por meio de mutirões itinerantes realizados em diferentes regiões do estado, a Defensoria levou atendimento jurídico integral, combateu a invisibilidade jurídico-social dos custodiados e contribuiu diretamente para a efetividade da execução penal.

As ações foram conduzidas pela Coordenação de Políticas Criminais do Interior, com atuação integrada do Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep) e dos Núcleos Regionais, em parceria permanente com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). Em 2025, o projeto realizou oito ações, nos municípios de Cametá, Mocajuba, Castanhal, Salinópolis, Itaituba, Bragança, Capanema e Breves, com

um total de 1788 atendimentos. Além disso, em Santarém, foi realizada uma edição do Cidadania do Cárcere Feminino, com 277 atendimentos.

Durante as ações, foi realizada análise processual individualizada, identificação de direitos vencidos, verificação de excesso de prazo, orientação jurídica, escuta qualificada, elaboração de petições e, quando cabível, formulação de pedidos de liberdade e outras medidas judiciais. O atendimento foi garantido tanto aos custodiados assistidos pela Defensoria quanto àqueles com advogado particular, o que assegurou o acesso à informação e à fiscalização processual de toda a população carcerária das unidades atendidas.

Projeto “Além das Grades”

Em mais um ano de atuação, o projeto “Além das Grades” ampliou o acesso à Justiça para mulheres privadas de liberdade, com atuação que ultrapassa o atendimento jurídico tradicional e considera as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por esse público.

Em 2025, a iniciativa realizou um total de 2.588 atendimentos, incluindo orientações jurídicas e encaminhamentos processuais, além da emissão de documentos civis em parceria com o programa “Balcão de Direitos”, a fim de contribuir para a regularização documental e o fortalecimento do exercício da cidadania.



(crédito: SEAP)



Direitos humanos

Atuação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas



 Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH) tem como missão promover, proteger e defender os direitos inerentes à pessoa humana, a fim de garantir assistência jurídica integral e gratuita às pessoas em situação de vulnerabilidade. Em 2025, o Núcleo intensificou suas ações em diversas frentes e reafirmou o compromisso da DPE-PA com a dignidade, a cidadania e o combate a todas as formas de discriminação.

Somente neste ano, foram realizadas 2.592 atividades e diversas ações de cidadania, o que ampliou o alcance da atuação e fortaleceu o papel da instituição como instrumento de transformação social.

Povos originários



► Projeto “Enxerga-me Brasil”

Entre os principais destaques do ano, o projeto “Enxerga-me Brasil”, iniciativa permanente do NDDH, reforçou o compromisso da instituição com os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais. A iniciativa tem como principal objetivo combater o sub-registro indígena, a fim de garantir o acesso ao registro civil de nascimento e a outros documentos essenciais.



Em 2025, o projeto realizou uma grande ação de cidadania na aldeia Moikarakô, localizada em São Félix do Xingu, a mais de 900 quilômetros de Belém, e também na Câmara Municipal da cidade. A aldeia é habitada por cerca de 328 indígenas, que enfrentam dificuldades para se deslocar até a sede do município para obtenção de documentação civil básica e atendimento jurídico.

Durante a programação, foram oferecidos atendimentos jurídicos e, em parceria com o programa "Balcão de Direitos", serviços de emissão de documentos,

como RG, CPF, Carteira de Trabalho Digital, Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, além de ações de educação em direitos, inclusão de nome de etnia e foto 3x4. Ao todo, foram realizados cerca de 2,2 mil atendimentos voltados para a população indígena, aldeada e não aldeada.



População LGBTQIAPN+



O NDDH também manteve atenção especial à população LGBTQIAPN+, para fortalecer a presença institucional em espaços de visibilidade e acolhimento.

Durante a 18ª Parada LGBTQIAPN+ de Mosqueiro, a Defensoria levou serviços de orientação jurídica e assistência voltada à alteração de nome e gênero em documentos civis, além de atendimentos na área de Família.

E, em alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, foi promovida uma ação na sede da instituição, com palestras, atendimentos e emissão de documentos, para reforçar o compromisso da DPE-PA com a luta por respeito e dignidade à comunidade transexual.



População em situação de rua

A população em situação de rua também esteve no centro das ações do Núcleo ao longo do ano. Em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública (ESDPA), a instituição promoveu uma capacitação voltada ao atendimento humanizado desse público, com a participação do padre Júlio Lancellotti, referência nacional na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. A atividade reuniu cerca de 200 participantes e abordou políticas públicas e estratégias de acolhimento.

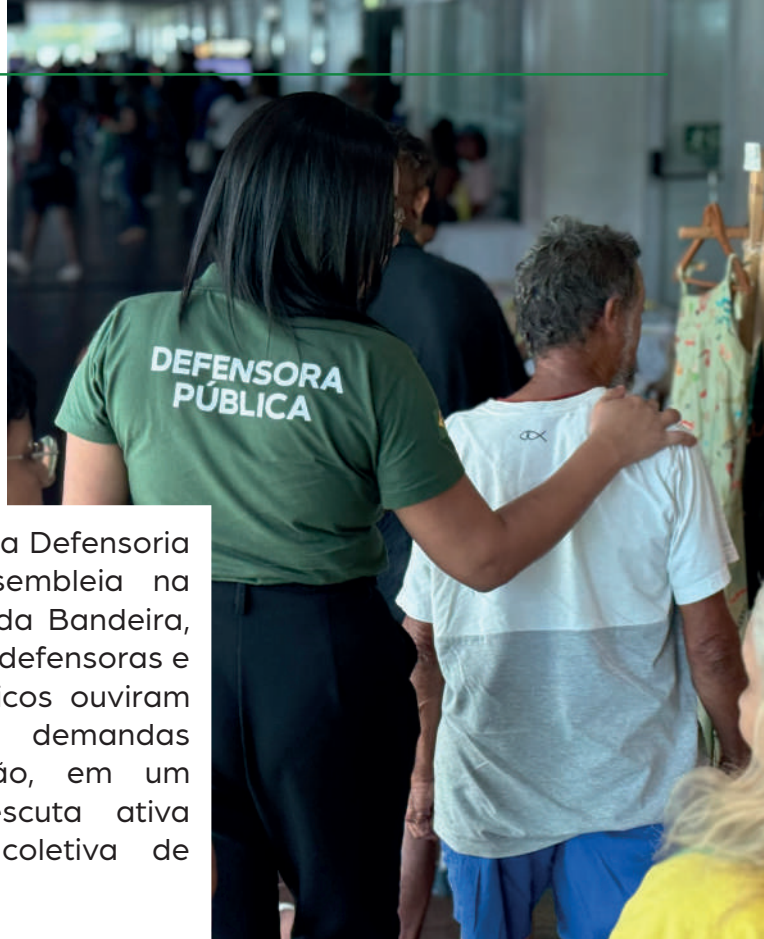
"Comer com os famintos é um ato revolucionário. Não basta lutar por eles, é preciso lutar com eles", destacou o padre Júlio Lancellotti.

Durante a abertura, a defensora pública-geral, Mônica Belém, ressaltou a importância da iniciativa para fortalecer o papel institucional da Defensoria na promoção da cidadania. "Nosso papel vai além do atendimento jurídico; buscamos garantir dignidade, promover escuta e assegurar que cada pessoa em vulnerabilidade seja acolhida com respeito e empatia", afirmou a DPG.

No dia seguinte, a Defensoria realizou a "Assembleia na Rua", na Praça da Bandeira, em Belém, onde defensoras e defensores públicos ouviram diretamente as demandas dessa população, em um exercício de escuta ativa e construção coletiva de soluções.

Como parte das ações de inclusão social, o NDDH também garantiu o acesso à cultura a pessoas em situação de vulnerabilidade, com visitas guiadas ao Theatro da Paz e à Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes, em Belém. As atividades proporcionaram experiências únicas de contato com manifestações artísticas e históricas, fortalecendo o direito constitucional à cultura e ao lazer."

Em todas essas frentes, o NDDH reafirmou a missão da Defensoria Pública do Pará de promover a equidade e garantir direitos humanos com respeito, acolhimento e compromisso social, atuando extramuros para alcançar quem mais precisa.





Conflitos fundiários

Para garantir o direito à moradia digna e à posse da terra para comunidades vulnerabilizadas, a Defensoria Pública do Pará atua na mediação e resolução de conflitos fundiários em território urbano e rural, em âmbito coletivo e individual.

A atuação se dá por meio de dois núcleos especializados. O Núcleo de Defesa da Moradia atua em demandas de regularização fundiária individual e coletiva, bem como na defesa de comunidades envolvidas em conflitos fundiários urbanos na Região Metropolitana de Belém.

Já o Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais lida com casos que envolvam conflito coletivo pela posse e propriedade da terra de imóvel rural, o que inclui ainda o direito de passagem e o direito aos territórios tradicionais

Núcleo de Defesa da Moradia

Atualmente, o Núcleo de Defesa da Moradia atua em 33 varas e seis comarcas da Região Metropolitana de Belém (RMB). Durante o ano de 2025, ele realizou o total de 7.549 atividades, entre demandas individuais e coletivas, com atuações judiciais e extrajudiciais.

O Núcleo prestou assistência jurídica integral e gratuita a 268 comunidades, além de atividades transversais que beneficiaram outros grupos urbanos, como as atuações junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano e a atuação interinstitucional junto ao Grupo de Trabalho do Lago Verde e às comunidades do entorno do Igarapé Mata Fome.

Comunidades assistidas pelo Núcleo da Moradia

2022
135

2023
187

2024
237

2025
268

Ao longo do ano, foram realizadas 9 visitas em comunidades, com a presença de 711 moradores. Foram protocolados 2 pedidos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) junto à Prefeitura de Belém

e 1 pedido de Regularização Fundiária Urbana (REURB) junto à Prefeitura de Ananindeua. Além disso, o Núcleo acompanhou outros 23 pedidos já em trâmite no Município de Belém, além de 4 em Ananindeua, 1 em Benevides e 2 em Marituba.

A assessoria técnica, constituída por profissional de Arquitetura e Urbanismo e equipe de apoio, realizou visitas a comunidades em dez bairros da RMB, sendo que os mais recorrentes foram Mangueirão, Tapanã e Coqueiro.



O Núcleo de Defesa da Moradia também se destacou em atuações interinstitucionais visando a garantia do direito à moradia digna para os habitantes da RMB. Assim, ele atuou junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) do Município de Belém, para, entre outros, a discussão da revisão do plano diretor da capital paraense; junto à Prefeitura de Marituba, na assinatura do Termo de Acordo para Regularização Fundiária da Comunidade Bom Sossego; e junto a órgãos como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará. O Núcleo também teve atuação relevante no âmbito da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Pará, com participação em 56 atos, sendo 43 mediações e 13 visitas técnicas





► Defesa das comunidades Warao

Em agosto, o Núcleo de Defesa da Moradia participou da assinatura do Termo de Cooperação Técnica do projeto “Moradia Warao: refúgio com dignidade”, voltado à garantia do direito à habitação da comunidade indígena venezuelana Warao por meio de políticas públicas de moradia no Brasil.

A parceria interinstitucional reúne a DPE-PA, o Ministério Público do Pará, o Conselho Warao Ojiduna (CWO) e o Instituto de Educação do Brasil (IEB). A atuação do Núcleo da Moradia é central na construção de estratégias de proteção territorial, no acompanhamento das políticas habitacionais e na promoção do direito à moradia adequada, contribuindo para a segurança, dignidade e bem-estar da população Warao.

► Câmara de Mediação de Conflitos

Em setembro, foi instaurada a Câmara de Mediação de Conflitos do Núcleo de Defesa da Moradia da DPE-PA. A iniciativa fortalece a atuação extrajudicial do Núcleo, com o propósito de ampliar o atendimento especializado para a pacificação de conflitos e composição de consensos para a regularização de imóveis a partir dos interesses de ambas as partes envolvidas. Até o final de 2025, 14 casos foram encaminhados para mediação na Câmara.

Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais



Em 2025, o Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais trabalhou ativamente, com o total de 39.210 atividades realizadas nas cinco regiões agrárias onde tem atuação, sediadas nos municípios de Castanhal, Santarém, Marabá, Altamira e Redenção. O Núcleo realiza o acompanhamento jurídico de demandas individuais e coletivas pela posse de terra rural e representa o interesse de populações vulnerabilizadas, incluindo comunidades tradicionais, ribeirinhas e quilombolas.

As atividades desenvolvidas incluem a realização de reuniões junto às comunidades e visitas frequentes aos locais de conflito, muitos deles

localizados em regiões de difícil acesso. Assim, o Núcleo busca garantir o direito das comunidades à consulta livre, prévia e informada em processos que envolvam o seu direito à posse da terra, com possível impacto territorial aos seus modos de vida e subsistência.

Dentre os destaques regionais, está a atuação da 4ª Região Agrária, sediada em Altamira, com 15.489 atividades. Em sequência, a 1ª Região Agrária, com sede em Castanhal, contabilizou 14.879 atividades.

Por meio de atuação estratégica e próxima às comunidades, o Núcleo das Defensorias Públicas

Agroambientais garante que grupos vulnerabilizados tenham voz e participação em processos de análise dos impactos, na elaboração de estudos técnicos e na defesa da titulação das terras, prevenindo violações de direitos e o uso predatório de recursos naturais.





Defensoria nos Babaçuais:

Atuação integrada leva acesso à justiça e cidadania para mulheres quebradeiras de coco

Em agosto, a defensora pública-geral do Pará, Mônica Belém, assinou um Protocolo de Intenções para a realização do projeto “Defensorias nos Babaçuais: Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos das Mulheres Quebradeiras de Coco”. A iniciativa uniu as Defensorias do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí em um projeto que aconteceu simultaneamente nos quatro estados.

No Pará, a primeira fase foi realizada em setembro na Usina da Paz de Marabá, com o tema “Corpo-território, babaçu-livre: a luta que une mulheres e natureza”.

A ação ofereceu serviços de atendimento jurídico e emissão de documentos, por meio do Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais e do programa “Balcão Direitos”.





No mês seguinte, representantes das quatro Defensorias envolvidas, do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e autoridades do Poder Executivo encontraram-se no Maranhão com o objetivo de formar uma pauta de atuação conjunta em favor das quebradeiras de coco e elaborar uma carta a ser apresentada na Cúpula dos Povos, durante a COP 30 em Belém.

Ao fazer a escuta e o acolhimento das demandas coletivas dessas mulheres, o projeto reforça o papel da Defensoria Pública como promotora do direito humano ao meio ambiente equilibrado e da proteção da biodiversidade associada aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais.



Premiações e honrarias

Defensoria do Pará é a **segunda do país** em “**estratégia de execução digital**”



Em 2025, a Defensoria Pública do Pará foi reconhecida como a segunda melhor Defensoria Pública do Brasil na categoria “Estratégia de Execução Digital”, segundo a 1ª Pesquisa Nacional de Transformação Digital e Gestão de Tecnologia, realizada pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), em parceria metodológica com o Instituto Gartner Group. Os resultados foram apresentados em junho, durante o 1º Congresso Nacional de Tecnologia e Inovação das Defensorias Públicas Estaduais e 4ª edição do Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação das Defensorias Públicas (Enastic), realizados em Foz do Iguaçu (PR). A instituição contabilizou 54 pontos e ficou atrás apenas da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

O evento reuniu representantes de todo o país para discutir soluções tecnológicas e estratégias de inovação voltadas ao fortalecimento do atendimento jurídico

gratuito e à ampliação do acesso à Justiça. Durante a programação, foram debatidos temas como inteligência artificial, inclusão digital, proteção de dados e sistemas integrados, além do lançamento da 1ª Pesquisa Nacional de Transformação Digital e Gestão de Tecnologia nas Defensorias Públicas Estaduais, que mapeou o estágio de maturidade digital das instituições em todo o país.



A pesquisa avaliou todas as Defensorias Públicas Estaduais e a Defensoria Pública do Distrito Federal, com base em 26 indicadores-chave de desempenho, distribuídos em três eixos: Estratégia de Execução Digital, Modelo de Operação Digital e Plataforma Digital. A categoria em que a Defensoria Pública do Pará se destacou analisou critérios como capacitação da força de trabalho em dados e análise de informações, participação das interações por canais digitais, adoção de identidade digital, resiliência dos serviços críticos de Tecnologia da Informação e práticas de manutenção preditiva.



Entre os indicadores avaliados, a Defensoria Pública do Pará obteve o melhor desempenho nacional em engajamento digital do cidadão e participação de interações digitais, o que demonstra o compromisso institucional com a inovação, a modernização dos serviços e a aproximação com a população paraense, especialmente os grupos em situação de maior vulnerabilidade.



Selo Esperança Garcia 2025

Quatro iniciativas da Defensoria do Pará foram reconhecidas pelo Selo Esperança Garcia 2025, que premia práticas de enfrentamento ao racismo e fortalecimento da cidadania. A entrega ocorreu durante o 5º Encontro Nacional de Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas, que aconteceu pela primeira vez no Pará.

Esta é a quarta vez que a DPE-PA leva o Selo que tem como objetivo reconhecer, estimular e difundir práticas que consolidem uma Defensoria Pública antirracista e com políticas públicas voltadas à população vulnerabilizada. Os projetos selecionados neste ano se destacaram nas categorias "Atendimento Antirracista e Acesso à Justiça" e "Inovação em Educação em Direitos e Práticas Antirracistas".





A defensora pública-geral, Mônica Belém, ressaltou que o reconhecimento nacional evidencia o compromisso institucional com uma atuação pautada no respeito, na escuta e na luta contra desigualdades históricas. “É uma satisfação muito grande ver a Defensoria Pública do Pará reconhecida em quatro iniciativas do Selo Esperança Garcia. É um resultado que indica que o trabalho feito no dia a dia, em diferentes frentes, alcança a vida das pessoas e transforma realidades. Isso nos gera gás novo para seguirmos com o nosso compromisso de atuar com responsabilidade, seriedade e respeito, especialmente na defesa da população mais vulnerabilizada”. afirmou a DPG.



Veja as iniciativas premiadas

► Enxerga-me Brasil

Executado pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH), o projeto atua diretamente no combate ao sub-registro civil dos povos indígenas. Além de emissão de documentos, conta com orientação jurídica, educação em direitos e ações de defesa dos direitos humanos em territórios de difícil acesso, com atendimento "in loco" nas aldeias. Desde 2021, a iniciativa já beneficiou cerca de 9,5 mil indígenas em todo o Pará, e garantiu o acesso à documentação básica e à cidadania para esta população.



► Esse Rio é Minha Rua: a Defensoria em Movimento

O projeto leva atendimento jurídico e ações de cidadania a comunidades ribeirinhas nos arredores de Belém e localidades com difícil deslocamento. A iniciativa, que teve a primeira edição realizada na Ilha do Combu em 2025, assegura o acesso à Justiça a populações que vivem em regiões onde o transporte e a comunicação representam desafios constantes.





► Parazão Inclusivo

Realizado em parceria com a Federação Paraense de Futebol (FPF), o projeto transformou o futebol em um espaço de conscientização social. A cada rodada do campeonato estadual, a iniciativa promoveu campanhas sobre diversos temas, inclusive o combate ao racismo. Defensores e servidores levaram aos estádios panfletos educativos, para promover a educação em direitos e estimular um ambiente esportivo mais consciente, respeitoso e acolhedor.

► Educação em Direitos em Ação

O projeto "Educação em Direitos em Ação" integra o programa "Balcão de Direitos", que leva serviços de cidadania e acesso à Justiça a populações vulnerabilizadas. Por meio dele, o programa realiza a educação em direitos, que aborda temas de utilidade pública e conscientização, como racismo e antirracismo, com o objetivo de combater todas as formas de discriminação e enfrentar, por meio da informação e do conhecimento, o preconceito estrutural e histórico que afeta diversas pessoas e impede o pleno exercício de direitos garantidos pela Constituição.



Honrarias

Em 2025, a Defensoria Pública do Pará, na figura da defensora pública-geral, Mônica Belém, teve o seu trabalho e contribuição reconhecidos por órgãos e instituições fundamentais dos poderes Executivo e Judiciário. Mônica Belém foi agraciada com medalhas de mérito concedidas pela

Prefeitura de Belém, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Polícia Militar do Estado do Pará, Tribunal Regional Eleitoral do Pará e Ministério Público do Pará, concedidas à DPG em reconhecimento ao trabalho de todos os que fazem parte da instituição.

► Medalha do Mérito "Francisco Caldeira Castelo Branco"

A Medalha do Mérito "Francisco Caldeira Castelo Branco" foi concedida pela Prefeitura Municipal de Belém durante a cerimônia comemorativa dos 409 anos da capital paraense. A honraria leva o nome do fundador da cidade e é a maior comenda entregue pelo Poder Executivo Municipal, concedida a pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, que, por relevantes serviços prestados ao município ou por mérito excepcional, seja digna da distinção.



► Medalha do Mérito "Desembargador Ermano Domingues do Couto"

Em 2025, a defensora pública-geral, Mônica Belém, recebeu a Medalha do Mérito "Desembargador Ermano Domingues do Couto",



no Grau Mérito Especial, uma das mais importantes comendas concedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). A medalha é concedida a personalidades e instituições que se destacam pelos relevantes serviços prestados

à Justiça e à sociedade paraense, assim como para o engrandecimento do Poder Judiciário. Além da defensora-geral do Pará, outras 95 personalidades foram condecoradas com a honraria.

► Medalha da Ordem do Mérito Policial Militar "Coronel Fontoura"

A defensora pública-geral foi condecorada com a Medalha da Ordem do Mérito Policial Militar "Coronel Fontoura", no Grau "Cavaleiro", durante evento no Quartel do Comando de Missões Especiais (CME), em solenidade alusiva aos 207 anos de criação da Polícia Militar do Pará (PMPA). A medalha é a mais importante honraria da corporação e se destina a homenagear personalidades civis e militares que tenham prestado notáveis serviços à PMPA, a fim de contribuir para o seu desenvolvimento e prestígio nos âmbitos nacional e estadual.



► Medalha do Mérito Eleitoral do Pará

A Medalha do Mérito Eleitoral do Pará 2025 foi entregue em cerimônia no Museu do Estado do Pará, em Belém. A honraria, concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), reconhece os méritos e os relevantes serviços prestados pela defensora pública-geral à justiça eleitoral no estado.



► Medalha do Ministério Público do Pará

A Medalha do Ministério Público do Pará (MPPA) é uma das mais altas honrarias da instituição e reconhece personalidades que contribuíram de forma significativa para a promoção da justiça e a defesa dos direitos fundamentais no estado. Ela foi concedida durante Sessão Solene do Colégio de Procuradores de Justiça em alusão ao Dia do Ministério Público.



► 40 anos da Procuradoria-Geral do Estado

A defensora pública-geral recebeu medalha durante a celebração dos 40 anos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Mônica Belém foi indicada pelo Conselho Superior do órgão, em reconhecimento à contribuição ao desenvolvimento das funções essenciais à justiça e às relações interinstitucionais que sustentam o Estado Democrático de Direito.





Comunicação

Diretoria de Comunicação Social fortalece imagem institucional e amplia alcance da Defensoria do Pará em 2025

Ao longo do ano, a Diretoria de Comunicação Social da DPE-PA consolidou-se como um eixo estratégico fundamental para o fortalecimento da imagem institucional, a ampliação da transparência e a aproximação da Defensoria com a sociedade. Com atuação integrada nas áreas de jornalismo, assessoria de imprensa, redes sociais, criação, cerimonial e eventos, os resultados alcançados refletem o impacto direto da Comunicação na promoção do acesso à informação e à educação em direitos.



► Jornalismo

Na área do jornalismo institucional, foram produzidas 367 matérias para o portal oficial da DPE-PA ao longo do ano, com conteúdos voltados à divulgação das ações, atendimentos e projetos desenvolvidos em todo o estado. O site institucional registrou média de 44 mil visualizações mensais e ultrapassou a marca de 530 mil acessos em 2025. Isso ampliou o alcance das informações tanto para o público interno quanto externo, sem o apoio de contratos externos de agência ou impulsionamento.



► Assessoria de imprensa

A assessoria de imprensa garantiu ampla visibilidade à Defensoria do Pará nos meios de comunicação. Em 2025, a instituição obteve 428 inserções espontâneas em portais de notícias, televisão, jornais impressos e rádio. Esse desempenho representou uma economia estimada de R\$ 2.148.900,00 aos cofres públicos, considerando a metodologia de Equivalência Comercial (AVE), além de consolidar a Defensoria como fonte confiável de informação e referência em pautas de relevância social e jurídica.



► Instagram da DPE-PA é Top 10 entre as Defensorias do país

No ambiente digital, a atuação nas redes sociais apresentou crescimento expressivo. O Instagram da Defensoria consolidou-se como o perfil mais seguido entre as instituições do sistema de justiça no estado do Pará e referência nacional entre as Defensorias Públicas. De janeiro a dezembro de 2025, o perfil conquistou mais de 18,5 mil novos seguidores de forma totalmente orgânica, passando de 59,5 mil para 78,2 mil seguidores. No período, foram registradas mais de 5,4 milhões de visualizações, crescimento de 184,21% em relação a 2024, além da produção de 2.263 publicações, com destaque para 1.448 vídeos produzidos, entre feed e story. Esses resultados garantiram à DPE-PA posição no Top 10 das Defensorias mais engajadas do país, segundo a plataforma "Social Media Gov".



Outras plataformas também registraram desempenho relevante. No Facebook, a Defensoria alcançou 298 mil visualizações, com crescimento de 220,2% no engajamento e aumento de 180% nos cliques em links. Já no TikTok, o perfil institucional somou 276 mil visualizações, além de elevado número de curtidas, comentários e compartilhamentos, ampliando o alcance da comunicação para novos públicos.





Na área de criação e identidade visual, foram produzidas milhares de artes para redes sociais, campanhas institucionais, sinalização predial e materiais gráficos. Em 2025, mais de 25 mil materiais gráficos foram impressos, entre cartilhas, banners, panfletos e placas, com gestão estratégica dos contratos e priorização das demandas essenciais. Destaca-se ainda a atuação da Coordenação de Criação no desenvolvimento da identidade visual do novo site da Defensoria Pública do Pará.



► Cerimonial

O cerimonial institucional foi responsável pela organização e execução de mais de 30 eventos ao longo do ano, incluindo cerimônias de posse, seminários, encontros nacionais, ações comunitárias e inaugurações de novas sedes nos municípios de Rondon do Pará, Vigia de Nazaré, Benevides e no distrito de Icoaraci. As ações contribuíram para o fortalecimento da presença institucional e da articulação da Defensoria com a sociedade e demais órgãos do sistema de justiça.



Os resultados alcançados em 2025 evidenciam que a comunicação institucional desempenha papel estratégico indispensável para a Defensoria Pública do Estado do Pará. Ao ampliar sua presença nos meios de comunicação e nas plataformas digitais, a instituição fortalece a confiança da população, democratiza o acesso à informação e reafirma seu compromisso com a promoção da cidadania e da justiça social em todo o estado.

Parcerias e colaborações institucionais

Na Defensoria Pública do Pará, o trabalho em equipe se reflete também em parcerias interinstitucionais que possibilitam maior alcance nas ações e ampliam a efetividade dos serviços em prol da população vulnerável. Em 2025, foram inúmeras as iniciativas que, em colaboração com entidades públicas e privadas, ajudaram a fortalecer a missão da DPE-PA.



A Defensoria paraense firmou convênio com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para disponibilização de vagas para membros/as da instituição no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia.



Em parceria com o Instituto Silvio Meira e diversas instituições do sistema de justiça, a DPE-PA correalizou o XI Congresso Luso-Brasileiro de Direito, em Lisboa.

Um Termo de Cooperação Técnica com a Federação Paraense de Futebol (FPF) foi o ponto de largada para o projeto "Observatório Inclusivo 2025", que promoveu a educação em direitos e a conscientização sobre a importância da inclusão social, com foco no combate à violência nos estádios de futebol durante as partidas do Campeonato Paraense de Futebol Masculino. Ao longo de cada rodada, foram realizadas ações educativas em temáticas direcionadas, como o combate ao sexismo, ao racismo, ao capacitismo, à intolerância religiosa e à LGBTQIA+fobia, além de conscientização sobre os direitos de crianças e adolescentes, para a construção de um ambiente esportivo mais respeitoso e livre de discriminação.

Por meio de convênio entre a Defensoria paraense e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o projeto "Reincidência Zero", do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen), recebeu novos materiais de expediente.

Outro convênio firmado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), dessa vez por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), possibilitou a realização de processo seletivo e a contratação de novos servidores para atuação no projeto "Refazenda", vinculado ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep).

A Defensoria Pública do Pará foi uma das instituições incluídas no plano "Defensoria em Todos os Cantos", do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Por meio dele, a instituição será contemplada com a doação de duas unidades móveis de atendimento, para apoio em ações itinerantes.

Um Termo de Cooperação Técnica assinado com a Faculdade Estácio garantiu atendimento odontológico gratuito de

qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atendidos pelo projeto "Eu Me Importo", do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca).



A Defensoria do Pará firmou Termo de Cooperação Técnica para a execução do projeto “Moradia Warao: refúgio com dignidade”, que tem o objetivo de garantir o acesso ao direito à habitação e moradia da comunidade indígena venezuelana Warao. A parceria conta com DPE-PA, Ministério Público do Pará, Conselho Warao Ojiduna (CWO), e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).



Um Protocolo de Intenções celebrado em Belém uniu as Defensorias do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí na realização do projeto “Defensorias nos Babaçuais: Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos das Mulheres Quebradeiras de Coco”. Desenvolvida em parceria com o Movimento Interestadual das Quebradeira de Coco Babaçu (MIQCB), a iniciativa levou atendimento jurídico e espaço de fala às mulheres que fazem parte do movimento, protagonistas na luta em defesa do meio ambiente e de modos tradicionais de subsistência.

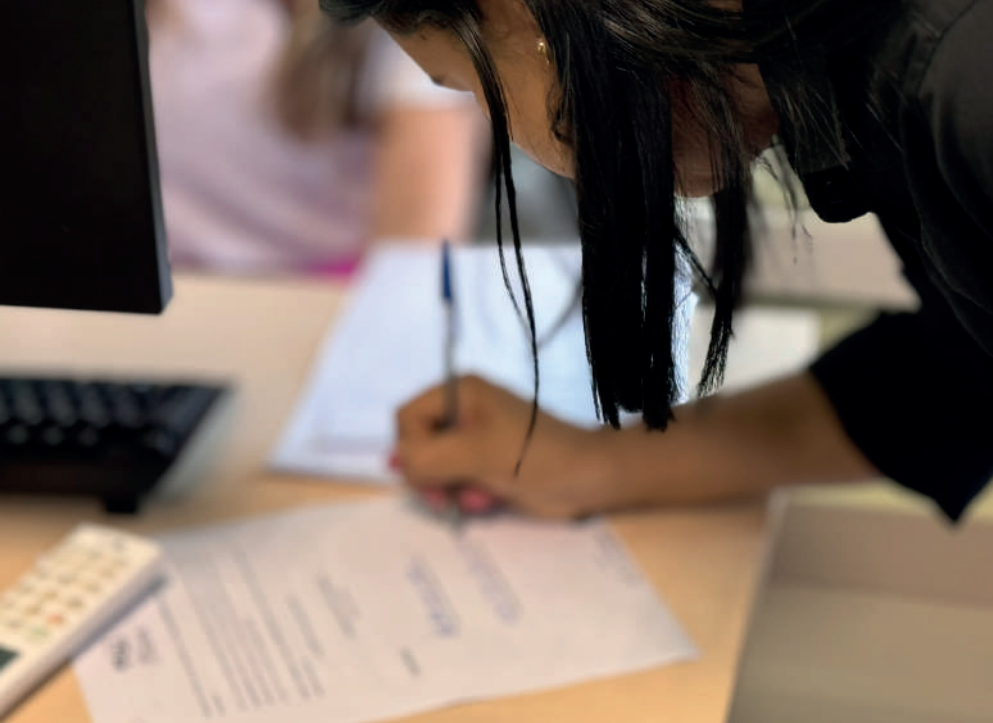












**APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O
QR CODE E ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS**





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

*Seu direito,
nossa missão!*